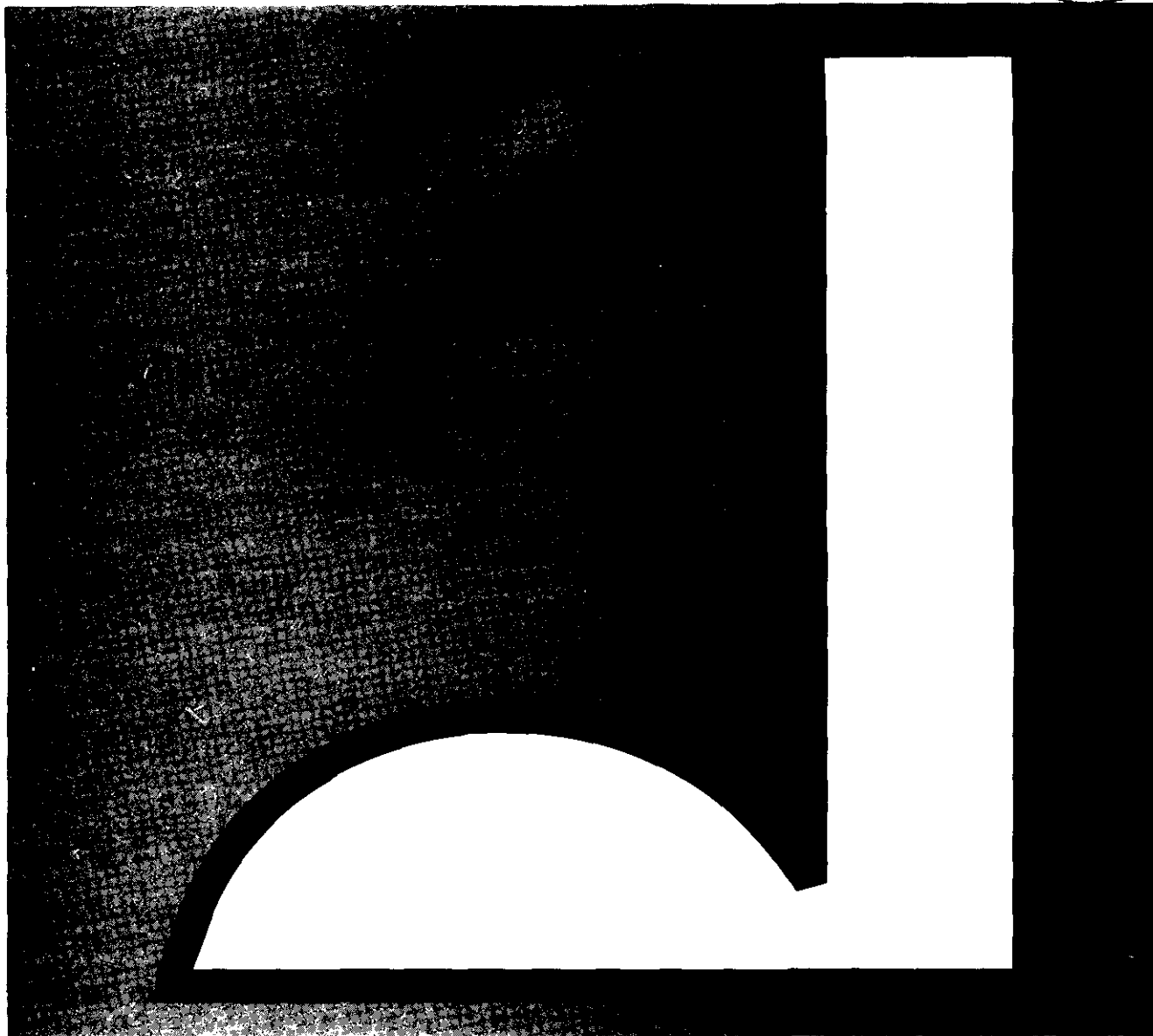




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Erandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO POT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Tequigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 52ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE ABRIL DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo, cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

Nº 158, de 1996 (nº 352/96, na origem), de 25 do corrente, referente à indicação do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar, cumulativamente com o de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia. 07366

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 204, de 4 de abril de 1996, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, agradecendo a esta Casa o apoio prestado às iniciativas daquele Estado e, em especial, à aprovação do Projeto de Resolução nº 14, de 1996. 07370

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Regozijo pela escolha do Senador Arlindo Porto para a Pasta da Agricultura. 07370

SR. PRESIDENTE – Solidarizando-se com o pronunciamento do Sr. Valmir Campelo. 07371

SENADOR LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Despedida de S. Exª do Senado Federal. 07372

SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens prestadas em apertes ao Sr. Luiz Alberto de Oliveira. 07378

SENADOR BERNARDO CABRAL – Realização do Seminário Brasil-França em São Paulo, na semana passada, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 07378

SENADOR ROBERTO FREIRE – Supervelocização de indenizações pagas a proprietários rurais. Encaminhando à Mesa requerimentos sobre proposições referentes à reforma agrária. 07380

SENADOR JOSÉ SARNEY – Referência ao pronunciamento de despedida do Sr. Luiz Alberto Oliveira. 07381

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Nomeação do Sr. Arlindo Porto para Ministro da Agricultura. Referências aos novos ministros escolhidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. 07381

SENADOR RAMEZ TEBET – Perspectiva otimista das reformas do Governo. Resgate da dívida social. 07382

SENADOR ROMERO JUCÁ – Premência da implantação da Justiça Agrária no País. 07384

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Julgamento dos acusados da Chacina da Candelária. Testemunho das vítimas da chacina da favela de Vigário-Geral. Combate à violência urbana e rural. 07386

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando convocação de sessão solene do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas no plenário do Senado, destinada a promulgação de emenda constitucional. 07389

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1996, de autoria do Senador Totó Cavalcante, que susta a parte final do inciso VI e o inciso VII do art. 6º, da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Banco Central do Brasil (alongamento de dívidas originárias do crédito rural). 07389

1.2.6 – Ofício

Nº 357, de 26 de abril de 1996, da Liderança do Bloco PPB/PL, na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 07392

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Designação dos Deputados indicados no ofício anteriormente lido para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 07392

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 50ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 25 de abril de 1996 e publicada no DSF de 26 de abril de 1996. 07393

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 509 a 515, de 1996. 07393

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 52ª Sessão Não Deliberativa em 29 de abril de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Sarney, Ramez Tebet e Totó Cavalcante
(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia quiescência.

MENSAGEM Nº 158, DE 1996 (Nº 352/96, na origem)

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar.

Os méritos do Embaixador Arnaldo Carrilho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de abril de 1996. — **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 172/DP/ARC/G-MRE AFES

Brasília, 23 de abril de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º, do Decreto nº

1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **currículum vitae** do Embaixador Arnaldo Carrilho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, — **Sebastião do Rego Barros**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Ministro de Segunda Classe Arnaldo Carrilho.
Rio de Janeiro/RJ, 10 de junho de 1937.

Filho de Eymard Dantas Carrilho e Margarida da Fonseca Moura Carrilho

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB, 1960. Curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB-MEC, 1959. CPCD, IRBr, 1961/62.

Professor no Instituto de Arquitetura e Artes, UnB, 1973/75. CAE (tese: O Vaticano e a Igreja Pós-Conciliar no Brasil), IRBr, 1978/79.

Auxiliar do Departamento Legal da S.A. Frigoríficos Anglo, 1956.

Funcionário da Pan American World Airways System Inc., Rio de Janeiro, 1958. Assessor junto ao Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República, 1959/61.

Encarregado do acompanhamento da execução do plano educacional do Governo Federal contido na Meta 30 do Programa de Metas, 1958/61. A serviço no Gabinete do Ministro da Educação e Cultura 1960/61.

Chefe do Cerimonial e Assessor Internacional do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.

Vice-Presidente do Riocentro, membro do Conselho de Propaganda da Prefeitura do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Coordenação para os Festivais de Cinema do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Turismo, RJ, 1986.

Terceiro-Secretário, 7 de novembro de 1962.

Segundo-Secretário, antiguidade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1976.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1990.

Assistente do Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1962/64.

Subchefe da Divisão do Material e Patrimônio, 1971/74.

Chefe da Seção de Conservação do Patrimônio, 1974/75.

Coordenador-Geral da construção do edifício anexo ao conjunto arquitetônico do Itamaraty e de moradias funcionais, 1974/76.

Argel, Serviço Provisório como Terceiro Secretário, 1965.

Roma, Terceiro Secretário, 1964/66.

Roma, Segundo Secretário, 1966/67.

Varsóvia, Segundo Secretário, 1967/71.

Varsóvia, Encarregado de Negócios, 1971.

Jeddah, Encarregado de Negócios, 1973.

Berlim, Encarregado de Negócios, 1973/74.

Santa Cruz de la Sierra, Cônsul, 1974.

Vaticano, Conselheiro, 1976/79.

Vaticano, Encarregado de Negócios, a.i., 1978/79.

Rabat, Conselheiro, 1979/84.

Rabat, Chefe do Secom, 1980/84.

Rabat, Encarregado de Negócios, a.i., 1980/81/82/83/84.

Lima, Conselheiro, 1984/86.

Argel, Conselheiro, 1986/87.

Argel, Encarregado de Negócios, a.i., 1986/87.

Beirute, Encarregado de Negócios, 1990.

Hong Kong, Cônsul-Geral, 1991/95.

Bangkok, Embaixador, 1996.

Acordos de Co-Produção Cinematográfica com a Espanha, Itália, França e RFA, 1963 (chefe das negociações).

V Festival Cinematográfico Internacional, Mar del Plata, 1963 (chefe da delegação brasileira).

XIII Festival Internacional do Filme, Berlim Ocidental, 1963 (chefe da delegação brasileira).

IV Resenha do Cinema Latino-Americano, Sessã Levante, 1963 (integrante da delegação do Cinema Novo).

Seção Mista do Acordo de Co-Produção Cinematográfica Brasil-Espanha, 1963 (secretário-executivo).

I Mostra Internacional do Novo Cinema, Pésaro, 1965 (chefe da delegação brasileira).

V Resenha do Cinema Latino-Americano, Columbianum, Gênova, 1965 (delegado).

Encontro Internacional Terzo Mondo e Comunità Mondiale, Gênova, 1965 (relator na Mesa redonda sobre o Cinema Novo).

Festival Dei Popoli, Florença, 1965 (delegado).

Reunião dos Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1965 (coordenador-geral).

Delegação do Ministro de Estado em visita oficial à Itália, 1966 (membro).

X Festival do Cinema de Autor, Gran Premio Bergamo, 1967 (membro do júri internacional).

XXXIX Feira Internacional de Poznan, 1970 (diretor do Pavilhão do Brasil).

X Festival Internacional de Filmes de Curta-Metragem, Cracóvia, 1970 (membro do júri internacional).

XXIV Festival Internacional do Filme, Cannes, 1971 (membro do júri da crítica – Fipresci).

Grupo de inspeção administrativa em Assunção, Buenos Aires, Santiago, Lima, Nova York, Tóquio, Icoama, Nova Délhi, Atenas e Londres, 1972/73 (assessor).

Missão de socorro por ocasião do terremoto na Nicarágua – Manágua e Panamá, 1972/73.

Grupo de planejamento do ensino fundamental e secundário da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1960/61 (membro).

Comissão de peritos que elaborou o projeto Aspectos Econômicos da Educação em Goiás, para justificação de financiamentos internacionais ao Governo goiano, 1962 (membro).

I – Festival do Cinema Brasileiro na Bahia, Salvador, 1962 (representante do Cinema Novo Carioca).

Seminário de Cinematografia sob a direção de Arne Sucksdorff, em cooperação com a Unesco, Rio de Janeiro, 1962/63 (coordenação).

Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE), Rio de Janeiro, 1962/64 (representante do MRE).

Comissão de seleção de filmes brasileiros para os festivais internacionais de cinema, Rio de Janeiro, 1962/64 (secretário-executivo).

Produtor-executivo de Integração Racial, de Paulo Cezar Sárraceni, e O Circo, de Arnaldo Jabor.

Comissão de Coordenação Internacional do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1964 (representante do MRE).

50º aniversário da Semana de Arte Moderna, Unb, 1972 (conferencista).

Comissão Permanente de Inventário e de Licitações, 1972/74 (presidente).

Comissão de seleção do logotipo para a Telebrás, 1973 (membro).

Comissão Permanente de Controle de Nomeações, Brasília, 1973 (membro).

À disposição da Missão Especial da Libéria nas solenidades de posse do Presidente da República, Brasília, 1974.

Representante do MRE junto ao Governo do Distrito Federal com vistas à elaboração do projeto de execução do centro de conferências e Convenções Internacionais, de Oscar Niemeyer, Brasília, 1975/76.

III FestRio, 1985 (premiado com o troféu Tucano por 25 anos de atividades dedicadas ao cinema brasileiro).

XV Jornadas de Cinema da Bahia, Salvador, 1986 (membro do júri internacional).

Grupo de preparação da visita do Presidente da República a Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, 1974 (membro).

Grupo de estudos que visitou instituições públicas e privadas ligadas à Documentação, Informática e Telecomunicações, Nova York, Filadélfia e Washington, DC, 1974 (assessor).

XXI Mostra Internacional do Filme de Autor, San Remo, 1978 (membro do júri).

Missões especiais às exéquias dos papas Paulo VI e João Paulo I, Vaticano, 1978 (membro).

Missões extraordinárias às cerimônias e ritos religiosos de início dos pontificados de João Paulo I e João Paulo II, Vaticano, 1978 (membro).

XXIII Mostra Internacional do Filme de Autor, San Remo, 1980 (presidente do júri).

XV Sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial de Turismo, Rabat, 1981 (chefe da delegação brasileira).

Visitas a Marrocos do Ministro da Indústria e do Comércio, 1982 (membro da delegação).

Visita oficial do Presidente da República a Fez, 1984 (integrante da comitiva).

I Festival do Cinema Amazônico, Iquitos, 1984 (delegado brasileiro).

Missão especial à posse do Presidente Alan García Pérez, 1985 (membro).

Festival Internacional do Filme, Cannes, 1986 (delegado do Brasil).

Grupo de Trabalho para a recuperação dos episódios brasileiros do filme *Its All True*, de Orson Welles, Los Angeles, Nova York e Washington, DC, 1986 (coordenador da parte brasileira).

XV Encontro Cinematográfico de Digne-les-Bains, homenagem a David Neves, 1987 (relator).

XLIV Mostra Internacional do Cinema, Veneza, 1987 (Fipresci).

Festival de Cinema comemorativo do XXV aniversário de independência da Argélia, 1987 (apresentador de Nelson Pereira dos Santos).

I Sessão da Comissão Mista Brasil-Argélia, Argel, 1987 (membro da delegação brasileira).

Publicações:

A Ferocidade Cromática de 1905, A Época, Rio de Janeiro, 1959.

Sincera Crônica de 1960: 50 Anos em 5?, A Época, Rio de Janeiro, 1960.

Tecnihe di Lavoro e Strutture Economiche del Cinema Novo, Marzorati, Gênova, 1965.

Cinema Nova Wroku 1970, Film, Varsóvia, 1970.

Przez Wzruszenie do refleksji przez mił do rzewczywosci. – Gwat, głod y tropikalizm według Glaubera Rochy – Przyczynek do dziwrosciswiata, Kino, Varsóvia, 1970.

Der Leon Has Sept Cabeças, Kontynenty, Varsóvia, 1971.

Presentación a Razones de la Nueva Arquitectura – 1934 – Y otros ensayos, Lima, 1986.

Lucio Costa e o Episódio Brasileiro da Arquitetura, Módulo, Rio de Janeiro, 1987.

De la faim à la déraison – itinéraire (géo) politique de Glauber Rocha, Cahiers du Cinéma, Paris, 1987.

Ensaio e artigos estampados na imprensa brasileira e internacional.

Membro da FIPRESCI (Fédération Internationale de la Presse Cinématographique).

Ordem de Rio-Branco, oficial, Brasil.

Medalha ao Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro.

Ordem Nacional Miguel Larreynaga, oficial, Nicarágua.

Ordem Equestre de São Gregório Magno, Cavaleiro-Comendador, com placa, Vaticano.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

Dados Básicos Sobre Países

País: Myanmar (ex-Birmânia)

Atualização em: 12-4-96

Responsável: DAOC-II

Síntese do País

Nome Oficial do País: União de Myanmar

Área em Km2: 676.577

População: 42,33 milhões hab. Ano: 1992

Língua: birmanês

Data Nacional: 4 de janeiro (Independência)

Capital: Rangun

Fronteira com o Brasil:

Colônia Brasileira:

Sistema de Governo: República Socialista

Autoridades

Chefe de Estado: Primeiro-Ministro Gen. Than Shwe

Chefe de Governo: o mesmo

Chanceler: Ohn Gywa

Embaixador no Brasil:

Presença Brasileira

Chefe do Posto:

Missão Brasileira: Embaixada cumulativa em Bangkok

Outras Repartições e

Temas Sobre o País

Direitos humanos; oposição popular à Junta no poder; guerrilhas étnicas (grupo Karen x forças governamentais); relações com a Tailândia; tráfico de drogas; refugiados políticos; engajamento construtivo com a Asean.

Temas da Agenda Bilateral

O interesse político e econômico do Brasil com relação a Myanmar é restrito. Entretanto, devido à importância de sua posição geográfica (Estado-Tampão entre a China e a Índia, além de exercer influência junto aos países da ASEAN), a política externa e interna Birmanesa é acompanhada com interesse pela embaixada em Bangkok. Os laços bilaterais, contudo, são tênues devido à posição política (isolamento Internacional) de violação dos direitos humanos adotada pelo Slorc.

Visitas Oficiais

1986 – Embaixador Paulo da Costa Franco – Recebido pelo MRE u Ye Goung

1994 – Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Sr. u Nyunt Swe (Enviado Especial do Chefe do Governo Birmanês)

Atos Bilaterais

Comércio Bilateral

Exportações do Brasil: US\$779.433,00 Ano: 1995

Principais Produtos:

Importações para o Brasil: US\$161.254,00

Ano: 1995

Principais Produtos:**Economia**

PIB: US\$55,0 bilhões Ano: 1993

Moeda/Câmbio: KYAT US\$1,00 = 6,1270

KYATS

Princ. Ativ. Econômica: Agricultura e Mineração

Exportações Totais: US\$589,100,000.00 Ano:

1993

Principais Produtos: arroz, milho, feijão, teca, borracha, metais vários e pedras preciosas

Importações Totais: US\$812,800,000.00 Ano:

1993

Principais Produtos: gêneros alimentícios, têxteis, medicamentos e maquinário em geral

Déficit: US\$223,700,000.00 Período: 1993

Informações para Viagem

Vãos do Brasil:

Exigência de Visto: é exigido Visto de Turista (válido por 14 dias)

Fuso Horário:

Corrente Elétrica:

Padrão de TV:

Política Interna

A União de Myanmar (antiga Birmânia) é governada, desde 1988, por uma Junta Militar do SLORC – State Law and Order Restoration Council. A partir de 1993, a Junta passou a introduzir reformas conducentes à liberalização do regime. Em julho de 1995, a libertação da líder opositora Aung San Suu Kyi representou marco importante no caminho da redemocratização de Myanmar. Uma Convenção Constitucional está atualmente trabalhando na definição das diretrizes para a nova Constituição do país.

Política Externa

Em agosto de 1995, Myanmar aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN – Association of South-East Asian Nations, e deverá, no corrente ano, tornar-se membro observador da Associação. O interesse dos países do Sudeste Asiático na inserção regional de Myanmar tem contribuído para estimular a aceleração das reformas políticas e econômicas birmanesas.

Economia

O Governo de Myanmar tem implementado reformas que se destinam a transformar uma economia centralizada em economia de mercado. Com esse propósito, foram criados incentivos à captação de capitais e investimentos estrangeiros.

Relações Brasil-Myanmar

As relações diplomáticas foram estabelecidas em setembro de 1982. Em 1995, o Governo de Myanmar manifestou intenção de instalar Embaixada residente em Brasília.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Ofício nº 204/96, de 04 do corrente, agradecendo a esta Casa apoio prestado às iniciativas daquele Estado e, em especial, à aprovação do Projeto de Resolução nº 14, de 1996.

O expediente, anexado à matéria em referência, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, primeiro orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campello. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministério da Agricultura será ocupado pelo Senador Arlindo Porto, representante de Minas Gerais nesta Casa e atual 1º Vice-Presidente Nacional do PTB.

A escolha do nome de Arlindo Porto para o Ministério da Agricultura honra o Senado federal, prestigia o PTB e confere ao Estado de Minas Gerais a sua real dimensão política e econômica no cenário nacional.

Homem identificado com a problemática da agricultura brasileira, o Senador Arlindo Porto é um hábil político da escola das Gerais. Possui um **currículo** de realizações que o torna indiscutivelmente habilitado para o cargo.

Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, o Senador Arlindo Porto foi Prefeito de Patos de Minas, município mineiro responsável por expressiva produção agrícola, também conhecido como "capital brasileira do milho". Oriundo de uma região com larga tradição agrícola, o Senador Arlindo Porto é também um médio produtor rural. Sua pequena fazenda, situada no abençoado solo do Triângulo Mineiro, apresenta expressiva produção de café e proporciona ao novo titular da Agricul-

tura permanente reciclagem nas lides que doravante passará a administrar.

Ex-vice-governador de Minas na gestão Hélio Garcia, Arlindo Porto surpreendeu os candidatos favoritos às eleições para o Senado em 1994, conquistando uma das vagas num dos pleitos mais disputados do Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao participar das conversações destinadas à escolha do novo Ministro da Agricultura, o PTB, por intermédio de suas lideranças na Câmara e no Senado, apresentou ao Presidente da República um conjunto de nomes, todos eles afinados com as diretrizes do Governo Fernando Henrique Cardoso e com bagagem política, intelectual e ideológica capaz de servir a contento à agricultura brasileira.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de analisar detidamente as ponderações do PTB, *fixou-se no nome do Senador Arlindo Porto*, que, na sua avaliação, reunia plenas condições de realizar um belo trabalho à frente do Ministério da Agricultura.

No sábado, juntamente com o Líder do PTB na Câmara, o Deputado Pedrinho Aarão, devidamente autorizados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tivemos o privilégio de anunciar o nome do Senador Arlindo Porto como novo Ministro da Agricultura.

A escolha do Presidente da República não poderia ser mais acertada. A Bancada Federal do PTB, tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados, foi amplamente prestigiada com a escolha de Arlindo Porto para a Agricultura. O próprio Congresso Nacional, na minha opinião, sai ainda mais fortalecido desse processo de mudanças ministeriais, vez que mais um dos seus quadros é chamado a integrar o primeiro escalão do Executivo.

Homem acostumado a desafios, o Senador mineiro terá um árduo trabalho pela frente. Seu principal desafio será ampliar os atuais níveis da produção agrícola nacional, com vistas a manter estabilizados os preços dos alimentos.

Quero manifestar ao Senador Arlindo Porto o irrestrito apoio dos seus companheiros do PTB.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO - Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral - Em primeiro lugar, na altura em que V. Exª registra a solidariedade dos seus colegas, preciso que V. Exª me inclua entre os integrantes do PTB, ainda que desse Partido não

faça parte, porque o eminente Senador Arlindo Porto conviveu e convive conosco aqui, não só recebendo a orientação de V. Ex^a como Líder, Senador Valmir Campelo, mas se portando como um companheiro Senador que sabe ouvir. Ora, no instante em que é ele convocado para assumir o Ministério - não importa se esvaziado, como dizem, porque defendo a tese de que quem faz o cargo é o seu chefe, seu titular, seu comandante -, provavelmente, o Ministério da Agricultura terá nele um companheiro à altura da missão, que não será fácil, mormente devido ao tempo que o País atravessa de dificuldades nessa área da agricultura e da reforma agrária. Eu queria que V. Ex^a, ao conceder este aparte com a gentileza de sempre, estivesse mais uma vez certo de que não estará sozinho no seu pronunciamento. Faço questão de que V. Ex^a junte suas palavras às minhas, na solidariedade e nos cumprimentos ao Ministro Arlindo Porto.

O SR. VALMIR CAMPELO - Muito obrigado, nobre Senador Bernardo Cabral. Fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a, que engrandece nosso registro aqui no Senado Federal.

Sabemos das dificuldades e da responsabilidade que o Senador Arlindo Porto vai ter à frente do Ministério. Mesmo tirando uma parte do Ministério e entregando-a ao seu novo titular, o Ministro da Reforma Agrária, compete ao Ministro da Agricultura reverter a situação no que diz respeito à produção neste País, principalmente a de grãos. Como todos sabem, neste ano, tivemos um déficit de aproximadamente 10 a 12 milhões de toneladas na produção de grãos. E uma das maiores tarefas, talvez um dos maiores desafios do Senador Arlindo Porto, será exatamente buscar essa perda, mesmo porque sabemos que, neste ano, pelas notícias dos técnicos, talvez tenhamos um dos mais rigorosos invernos dos últimos dez anos. Com isso, seca-se o pasto e diminui-se o estoque, principalmente de milho. Temos que enfrentar esses problemas, buscando alternativas de fora, importando grãos, especialmente milho, para o nosso País.

Por tudo isso, o grande desafio para o Senador Arlindo Porto será buscar, por intermédio do plantio, do incentivo ao produtor, no ano que vem, um novo superávit no que diz respeito à safra de grãos. Agradeço a V. Ex^a pela atenção.

O Sr. Nabor Júnior - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Nabor Júnior - Senador Valmir Campelo, quero associar-me às palavras de V. Ex^a, no mo-

mento em que traz ao conhecimento do Senado Federal a designação do Senador Arlindo Porto para exercer o cargo de Ministro da Agricultura do País. Embora tenha uma convivência relativamente curta com o Senador Arlindo Porto, que chegou aqui no início desta Legislatura, já pude perceber o acendrado espírito público de S. Ex^a e também a experiência que adquiriu não só como Prefeito do seu Município de origem, mas também como Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, o que o credenciam perfeitamente para ter um excelente desempenho à frente daquela importante Pasta do Governo Federal. Quero trazer a minha palavra de incentivo, de apoio. Tenho certeza de que o Senador Arlindo Porto vai corresponder não somente à expectativa do Partido que V. Ex^a lidera no Senado Federal, mas de toda esta Casa, de toda a Nação no desempenho de suas funções como novo Ministro da Agricultura do Brasil.

O SR. VALMIR CAMPELO - Muito obrigado, nobre Senador Nabor Júnior. Realmente o Senador Arlindo Porto, no curto espaço de tempo em que se encontra nesta Casa, tem demonstrado, através da sua inteligência, do seu dinamismo, um respeito muito grande pelos seus colegas, nossos pares nesta Casa Alta.

Todos nós aprendemos a respeitá-lo pelo seu comportamento. Como Líder do PTB, vou sentir muito a ausência do Senador Arlindo Porto em nosso Partido, como também vou sentir - pois de uma vez só perco dois amigos e companheiros - a do nobre colega Senador Luiz Alberto de Oliveira, que se encontra presente no plenário e que deixará esta Casa, provavelmente, amanhã ou na próxima semana. Vamos perder esses dois companheiros e lamento muito, porque todos os dois compõem os quadros do Partido que tenho a honra de liderar nesta Casa.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizia que todos nós estamos certos de que a presença do digno Senador mineiro na Pasta da Agricultura reverter-se-á em um trabalho sério, competente e dedicado, capaz de dinamizar a produção de alimentos em nosso País e de contribuir para a eliminação de um dos maiores flagelos do mundo moderno, que é a fome.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Valmir Campelo, Srs. Senadores, esta Presidência sente-se no dever de associar-se à manifestação da Liderança do PTB, que, acreditamos, é de toda a Casa pelo regozijo que temos de ver um companheiro nosso, da envergadura do Senador Arlindo Porto,

ocupar essa importante Pasta do Ministério da Agricultura.

Peço ao Senador Valmir Campelo que transmita ao futuro Ministro da Agricultura, já que ainda não está empossado, os aplausos e o contentamento da Presidência e de todo o Senado da República.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, por cessão do Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Alberto de Oliveira, por permuta com o Senador Bernardo Cabral.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (PTB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Ramez Tebet, Srs. Senadores, ao assumir o mandato de Senador pelo Estado do Paraná, em substituição ao eminente homem público e Senador José Eduardo de Andrade Vieira, convidado de primeira hora para integrar o Ministério do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha consciência das circunstâncias que acompanhavam minha difícil missão.

Como político, já tendo exercido os mais diversos cargos e cumprido longos mandatos legislativos em meu Estado, pela segunda vez vim ao Senado Federal, ocupando suplências que acabaram se revelando duradouras e plenas de episódios marcantes na vida nacional.

Nunca perdi de vista, entretanto, que, fosse qual fosse a duração de meu mandato, deveria exercê-lo com abnegação, com humildade e espírito público extremados, até mesmo porque essa é a marca que a cidadania brasileira exige dos seus representantes.

Tendo exercido a senatária pela primeira vez na circunstância histórica em que o País se mobilizou para rever a ação de seus homens e as virtudes de suas instituições, retornei nesta segunda ocasião em que o País se propõe a profundas transformações, a partir das reformas do Estado.

Não esqueço as vicissitudes e, por que não dizer, a grandeza dramática dos momentos vividos em minha primeira passagem ao Senado, período marcado, por exemplo, com o **Impeachment** de um presidente e com uma comissão que teve a coragem de cortar dela alguns membros que denegriam a imagem do Congresso Nacional.

O quadro de lutas e incertezas que então se vivia, temperado pelo vigor cívico que o nosso povo soube revelar, trouxe como signo a vontade e a ousadia que tivemos ao nos auto-investigarmos, propondo e provendo sanções cominadas pela legisla-

ção política, em substancial mudança de atuação parlamentar.

Nem tudo foi feito. Resta um longo caminho a percorrer, com a depuração e o aperfeiçoamento ético que a Nação brasileira quer e merece.

Em minha volta ao Senado, na presente legislatura, renovei minhas esperanças em servir às grandes aspirações nacionais, agora consubstanciadas em ímpetus mudancistas e reformadores; quer-se, neste sentido, construir-se uma Nação mais justa e mais harmônica, como diz a "Voz das Ruas" claramente manifestada, no fundo e na forma, da eleição do eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por isso mesmo, na condição de representante do Estado do Paraná, não hesitei um momento sequer em emprestar apoio e defesa às proposições de mudanças encaminhadas ao Parlamento pela ação do Governo Federal.

Voltado para as grandes questões nacionais, nunca perdi de vista, entretanto, os altos e legítimos interesses de meu Estado, cioso de que, para sermos universais, não devemos nunca esquecer "o rio que passa em nossa aldeia", na expressão poética de Fernando Pessoa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são em momentos de abruptas mudanças em nossas vidas, quando nos deixamos conduzir por inefável emoção, que fatalmente nos voltamos à Filosofia, "Ciência-mãe" que nos acolhe e aconselha.

Evoco e conclamo, nesse sentido, Henry Bergson, que ousou contraditar toda a filosofia dominante na segunda metade do século passado, colocando-se, inclusive, em confronto com os grandes modelos kantianos.

Contra a imobilidade da Metafísica no seu aspecto clássico, nos seus conceitos imutáveis, Bergson introduz o conceito de duração, completamente diferente do conceito de Kant. Para Bergson, o perceptivo não especifica tanto o homem quanto a memória. E a memória é duração, e duração nada mais é do que o reflexo do passado no próprio futuro.

Para a História da Filosofia, Bergson é o opositor de Kant, reformulador e iconoclasta, contra o positivismo, contra o materialismo, contra todos aqueles "ismos" que limitavam a inteligência e mutilavam suas potencialidades criadas.

Para mim, no entanto, mero leitor interessado, Bergson é tão-somente o pensador que me faz ver que não é de sã razão priorizar-se o tempo e o rigor cronológico na consagração da verdade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao apresentar neste momento minhas despedidas a esta

Casa do mais alto culto republicano e testemunho vivo da democracia, não poderia deixar de registrar o meu contentamento por ter, privado do tão ilustre convívio; o aprendizado que aqui auferi, de tão expressivas lideranças brasileiras, seguirá comigo e me fará crer reiteradamente na importância do Senado no estado democrático de direito.

O Sr. Valmir Campelo - V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Com muito prazer, eminente Líder.

O Sr. Valmir Campelo - Nobre Senador, V. Exª, na tarde de hoje, traz a esta Casa as suas despedidas. Tenho absoluta certeza de que é uma despedida temporária, porque essa não é a primeira vez que V. Exª ocupa uma das cadeiras aqui no Senado Federal. Mas não poderia deixar de transmitir o meu agradecimento, não poderia deixar, neste momento, de fazer registrar nos Anais desta Casa a minha alegria de ver um amigo tão dedicado como V. Exª nesta Casa, de sentir de perto a sua inteligência e a sua capacidade, do modo como V. Exª trata os seus pares, com educação, com respeito, com sobriedade. V. Exª prestou relevantes serviços ao Senado Federal, ao Governo do nosso País, na condição de representante do Estado do Paraná, mas também como Vice-Líder do Governo de Fernando Henrique Cardoso. V. Exª cita Bergson, dizendo que memória é duração. Tenho absoluta certeza de que, por muitos e muitos anos, esta Casa irá lembrar-se do trabalho profícuo e sério realizado por V. Exª não só pelo seu Estado, mas também em favor do nosso País. Velho companheiro, amigo e irmão, receba a minha admiração e permita-me quebrar o protocolo, para transmitir o meu abraço fraterno, os meus agradecimentos e, cada vez mais, a minha admiração.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Eminente Líder, Senador Valmir Campelo, recebo comovido as palavras de V. Exª e mais essa demonstração de amizade.

Reafirmo aquilo que já lhe disse pessoalmente: mais do que companheiros de Partido, somos irmãos de ideal, de vida política. V. Exª, com toda a sua inteligência, com todo o seu brilhantismo, tem sido um condutor das lutas do nosso Partido neste Senado. Tenho a convicção pessoal de que a V. Exª estarão destinados novos e importantes cargos, para que V. Exª continue a trabalhar pelo engrandecimento da nossa Pátria com denodo, com dedicação e com humildade.

O Sr. Geraldo Melo - V. Exª me permite um aparte, Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Com muito prazer, eminente Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo - Senador Luiz Alberto, além de expressar a minha solidariedade e o meu abraço, transmitir publicamente o meu abraço fraterno a V. Exª, queria fazer um comentário. Vinha hoje para o Senado, pensando que esta poderia ser uma semana de alegria para os Senadores. Tivemos a notícia de que um companheiro nosso, Senador Arlindo Porto, sobre quem nós todos temos a imagem de um homem sereno, firme e competente, vai assumir o comando da Pasta da Agricultura, o que nos enche de esperança e nos envaidece, como amigos de S. Exª, como admiradores do seu trabalho e confiantes na sua competência. Volta a esta Casa o Senador Andrade Vieira, depois de ter ocupado a pasta da Agricultura. Só que o preço que nos é cobrado pela alegria de recebermos o Senador Andrade Vieira de volta é um preço muito alto, que é o de perdermos a companhia diária de V. Exª aqui. Conheço-o há bastante tempo. Convivemos pouco, mas nos conhecemos quando V. Exª era Presidente da União Interparlamentar e visitava o Rio Grande do Norte, sendo eu o Governador. Ali, instantaneamente, de certa forma, comprometemo-nos a construir uma grande amizade, da qual muito me orgulho. Aqui, no Senado, reencontrei V. Exª, para testemunhar, com seu trabalho diário, com a sua seriedade, o homem público dedicado ao Brasil e aos brasileiros, devotado ao estudo sério dos problemas nacionais e fiel aos interesses do Paraná. Ao lado disto, o companheiro, o amigo, o irmão, a pessoa de quem todos nos orgulhamos porque sabemos o valor, a seriedade, a dignidade de V. Exª em todos os momentos. A sua perda é muito grande para todos, mas pessoalmente é muito grande para mim, pelo tipo de relação que entre nós e as nossas famílias se instituiu. A convivência com V. Exª foi um aprendizado de prudência, de experiência, de inteligência, de seriedade no cumprimento de seu mandato. V. Exª nos honrou muito com a sua presença. Conforta-me a certeza, Senador Luiz Alberto, de saber que onde quer que V. Exª esteja nos próximos dias, meses e anos o Brasil continuará a contar com o brilho da sua inteligência, com o seu patriotismo e com a sua devoção aos interesses nacionais. Receba o meu abraço e a certeza de que aqui, neste plenário, para que fosse completa a tarefa com que esperamos retribuir a confiança em nós depositada pelo povo brasileiro, a única coisa que faltará será a presença de V. Exª, mas não nos faltará o seu exemplo e o seu padrão de comportamento. Meus parabéns a V. Exª por ter-

minar tão bem essa tarefa, que espero seja renovada no futuro. Alguém disse, *err. algum momento da História do Brasil - não me lembro nem quem -*, algo que talvez valha nesta hora: "A gente só sabe se uma vida foi boa quando ela termina." No momento em que V. Exª encerra a sua tarefa, pode voltar para casa cheio da satisfação de quem sabe que realizou um bom trabalho e que cumpriu a sua missão à altura das necessidades e expectativas do Paraná e do Brasil. Meus parabéns a V. Exª.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Eminentíssimo Senador Geraldo Melo, eminente Governador do Rio Grande do Norte, V. Exª, no seu aparte, traz-me a lembrança das épocas em que tive a honra e o prazer de presidir a União Parlamentar Interestadual, entidade que congrega 1.100 Parlamentares estaduais de todo o Brasil.

Foi na sua amorável Natal, naquela cidade que é esquina da liberdade, que os Deputados Estaduais se reuniram quando V. Exª foi o Governador do Estado. Pude tirar o distintivo de Presidente da UPI e entregá-lo a V. Exª para denominá-lo Deputado Estadual Honorário do Brasil, pelo entusiasmo de V. Exª, já naquela ocasião, em relação ao Parlamento e pelas lições de democracia que nos deu nos discursos que proferiu naquele encontro dos Deputados Estaduais brasileiros, em Natal.

Depois tive a oportunidade de conviver com V. Exª, de receber demonstrações de repetida amizade, companheirismo e aconselhamento. Tive a felicidade de poder voltar ao seu Estado, ao seu convívio, para, ao lado da sua família, com os meus filhos, ter o prazer de conhecer melhor aquele Estado, de ver as suas belezas naturais e, sobretudo, a beleza da grandeza humana de V. Exª, do respeito e do carinho que o povo do Rio Grande do Norte mantém para com V. Exª.

Gostaria, encerrando a resposta que faço a V. Exª, de lembrar a seguinte expressão de São Paulo: "Sê fiel até a morte, que eu te darei o reino da vida." Procurei ser fiel - e o sou -, eminente Senador, aos amigos que constituí, porque o reino da vida que Deus me dá é a amizade que tenho com eminentes homens públicos, como V. Exª.

O Sr. Elcio Alvares - V. Exª me permite um aparte, Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Com muito prazer, eminente Líder Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares - O Senador Geraldo Melo, como sempre, fotografou um aspecto bastante *sui generis* deste momento que estamos vivendo. Hoje a Casa está em festa: o Senador Arlindo Porto,

convidado para o Ministério da Agricultura, honrará sobremodo o Governo Fernando Henrique Cardoso, pela sua posição de homem bastante retilíneo e um leal e dedicado colaborador da política de sustentação de Sua Excelência aqui no Senado. Não podemos, de maneira nenhuma, obscurecer o sentimento de tristeza que invade a todos. A sua saída, Senador Luiz Alberto de Oliveira, representa uma lacuna difícil de ser preenchida. Gostaria de, na condição de Líder do Governo - uma vez que V. Exª foi um Vice-Líder brilhante, tão companheiro e solidário -, deixar de lado o protocolo e a formalidade para dar vazão ao sentimento mais íntimo. Na vida pública, deve-se registrar o momento em que o coração prevalece e assume, por inteiro, as razões da inteligência e do próprio comportamento humano. V. Exª simboliza, nesta Tribuna, a amizade, pedra fundamental para tudo. Se tivéssemos de eleger, entre os nossos companheiros, aquele que simboliza a amizade, o traço de união entre todos, V. Exª teria, indubitavelmente, a preferência de seus Pares. Ao lado de Beth, uma companheira adorável e imprescindível da sua vida, V. Exª soube nos transmitir o calor humano. Muitas vezes, alquebrado pelas lutas parlamentares, muitos companheiros e eu encontrávamos o refúgio adequado na residência do eminente Senador Luiz Alberto de Oliveira, para que retemperássemos as nossas energias e voltássemos, no dia seguinte, para combater o bom combate. V. Exª passa por esta Casa, não com aquela fatuidade dos meteoros, pois é uma estrela brilhante, que deixa para todos nós, através de exemplos permanentes de amizade sincera e pura, uma página inesquecível de convivência humana. Senador Luiz Alberto de Oliveira, falar ao Paraná o que representou sua atuação nesta Casa seria repetir o conceito que V. Exª desfrutava no seu Estado; falar ao Paraná da lacuna que começamos a registrar neste momento seria exatamente fazer um registro da perda, do desfalque que representa para o Senado da República a saída de V. Exª. Neste momento, tenho certeza, interpreto o pensamento de todos os seus Companheiros e o da Liderança do Governo que, por uma feliz coincidência, está sendo presidida pelo Senador Ramez Tebet, que, como nós, também tem a responsabilidade de ajudar o Presidente Fernando Henrique Cardoso nesta Casa. Não tenho dúvida, teríamos aqui a mesma voz de José Roberto Arruda, de Vilson Kleinübing a lhe dizer, com todo o sentimento, que V. Exª foi um companheiro notável, dando-nos, em todos os momentos, a tranquilidade da sua amizade e, mais ainda, da sua fé no mandato e no trabalho que

exercitou. Receba, no dia de hoje, nestas palavras feitas agora - todas partidas do coração - o preito maior que um homem público pode receber. Acima da verticalidade de seu comportamento e acima da probidade do cumprimento do mandato, o homem público tem que ter a certeza que o seu exemplo é lapidar para todos aqueles que convivem no seu cotidiano. V. Exª sai desta Casa, no dia de hoje, Senador Luiz Alberto de Oliveira, aureolado pela estima, pelo apreço, pela admiração sincera. Deus o acompanhe ao longo desses novos caminhos, e tenho certeza, assim como confio no País e no Governo Fernando Henrique Cardoso, de que V. Exª não é um homem público para ficar à margem dos fatos administrativos. Vamos torcer ardorosamente para que, em breves dias, se não for da tribuna do Senado, seja em outra missão ou em outros quadros administrativos da vida pública brasileira, possamos, mais uma vez, enaltecer a figura do notável Senador do Paraná, Luiz Alberto de Oliveira. Deus o acompanhe, ao lado dos seus familiares, com a certeza, cada vez maior, de que aqui V. Exª deixou uma legião imensa de amigos que jamais vão esquecê-lo, seja pelo trabalho, seja pela grande amizade que nos concedeu.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Fico sensibilizado com mais esta demonstração de amizade, de carinho pessoal, de amizade fraterna que nos une, eminente Senador Elcio Alvares. Desejo declarar a V. Exª que, mesmo tendo exercido outras funções na minha vida, uma das mais prazerosas, uma das que mais me entusiasmaram foi exatamente ter a oportunidade de servi-lo como Vice-Líder, sabendo, como sei, ao lado dos eminentes Senadores Ramez Tebet, Vilson Kleinübing e José Roberto Arruda, que servir à Liderança de V. Exª, à Liderança do eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso é servir ao Brasil.

Desejo agradecer-lhe profundamente o convite que me formulou. Tenha V. Exª a convicção de que, pelos caminhos que andar, irei sempre tê-lo como meu líder e exemplo de homem público brasileiro.

O Sr. Romero Jucá - V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Romero Jucá - Senador Luiz Alberto de Oliveira, tenho exercido a prerrogativa de falar como Líder do PFL, normalmente com muita satisfação e com muita honra. Mas hoje, na Liderança do PFL, falando por mim e por meus companheiros de Partido, faço-o sem muita satisfação. Comento a atuação

de V. Exª por um dever de consciência e com o coração apertado de ter que sentir dentro em pouco a falta de um companheiro que, sem dúvida alguma, pela competência, pela seriedade e pelo espírito de amizade, ressaltado aqui pelos outros Srs. Senadores, escreveu uma história de integração e de relacionamento nesta Casa. Em nome do PFL, registro esse trabalho de V. Exª e digo que, como Senador pelo Paraná e pertencente aos quadros do PTB, V. Exª transcendeu em suas colaborações, em suas intervenções, em seu trabalho, em seu espírito público o seu Estado e o seu Partido. V. Exª foi e é um Senador do País. Portanto, de todos nós, de todos os Partidos que integram essa Casa, de todos os Senadores e funcionários do corpo técnico desta Casa, V. Exª só merece o nosso reconhecimento, o nosso apreço e a nossa homenagem. Tenho a certeza de que V. Exª deixa momentaneamente o Senado, mas não deixará a vida pública e não deixará de contribuir para o País. Sequioso que é o País de exemplos públicos, de figuras retas, sérias e competentes para fazer a transformação que almejamos, V. Exª, sem dúvida alguma, até por uma prerrogativa de necessidade, será convocado para continuar a dar uma colaboração expressa, não só ao Estado do Paraná, mas a toda a nossa Nação. Saúdo V. Exª e o abraço em nome do PFL. Digo, com muito carinho, que V. Exª vai fazer falta nesta Casa, porque foi um companheiro leal e competente, sobretudo um homem voltado para o bem deste País. Meus parabéns e aceite o nosso abraço.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Muito obrigado, eminente Senador Romero Jucá. Somos também velhos amigos, sou seu admirador deste o tempo em que V. Exª prestou relevantes serviços ao País como Presidente da Funai. Agradeço, sensibilizado, a sua demonstração de amizade, no momento em que V. Exª fala pelo Partido da Frente Liberal.

O Sr. José Agripino - V. Exª concede-me um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Com prazer, nobre Senador.

O Sr. José Agripino - Senador Luiz Alberto - meu amigo Luiz Alberto, permita-me assim falar --, quero lhe dizer que, diferentemente de outros colegas que estão lamentando o seu discurso de despedida - claro que eu não gostaria de ouvi-lo -, ouço-o com alegria, porque vejo V. Exª fazer o seu discurso de despedida de um mandato limpo, sério, desempenhado com honradez e com respeito dos seus Pares. E isso é motivo de alegria. Todos os que o ouvem - eu estava no meu gabinete e apressei-me a

vir ao plenário -, fazem-no com respeito, com o sentimento da amizade, pois são palavras de um paraense ilustre, que aqui esteve e que poderá voltar - e voltará, pelo desejo de seus Pares -, mas que sai com a cabeça erguida. Tenho a consciência, amigo Luiz Alberto, Senador Luiz Alberto, de que esta é uma Casa de excelências: aqui têm assento ex-Presidentes da República, ex-Governadores, ex-Ministros, Parlamentares, homens ilustres, dignos, que fazem opinião. Opinião, nesta Casa, faz-se no plenário, nas comissões, nas reuniões e até no "cafézinho". V. Exª fez opinião aqui no Senado pelas suas palavras sensatas, discretas, sinceras, lúcidas, de homem experiente e bom que é. Não poderia deixar de lhe dirigir essas palavras porque vejo em V. Exª um homem público de respeito, que vai nos fazer falta. No meu entender, V. Exª fez opinião pela sensatez dos seus pontos de vista aqui sempre expostos; fez amigos pela fidalguia do seu comportamento permanente; e deixa saudades entre os seus amigos, pela sinceridade com que pratica o exercício da amizade. Estou certo de que nos encontraremos brevemente, nesta ou em outras tribunas ou em outros cargos, porque um homem com o seu preparo, com os seus méritos, com a sua capacidade, não pode passar à margem de um governo sério como o de Fernando Henrique Cardoso, que precisa de homens bons, sérios e competentes. É neste figurino que V. Exª se enquadra. Quero me associar ao sentimento de saudade, de amizade e de reconhecimento ao trabalho que V. Exª aqui fez em nome do Paraná e em nome do País. Que Deus o tenha e que me tenha permanentemente no rol de seus amigos, pois quero revê-lo sempre.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Muito obrigado, eminente Líder José Agripino.

V. Exª simboliza o perfil do Senador digno, reto e amigo. Costumo dizer que dos bons amigos que tenho, boa parcela deles é do Rio Grande do Norte. Ouvi ainda há pouco a manifestação do eminente Senador Geraldo Melo e agora ouvi a sua.

Devo reconhecer que o Rio Grande do Norte é um Estado privilegiado porque tem três Senadores de escol como V. Exª, o Senador Geraldo Melo e o Senador Fernando Bezerra. V. Exª é ex-Governador do Rio Grande do Norte por duas vezes, possui a marca do desenvolvimento, da seriedade, da dignidade e da postura correta de homem público.

Parabéns ao povo do Rio Grande do Norte por ter três Senadores da melhor envergadura moral e política.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Exª me concede um aparte?

A Srª Emilia Fernandes - V. Exª me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Ouvirei primeiramente o Senador Bernardo Cabral e posteriormente V. Exª.

O Sr. Bernardo Cabral - Se V. Exª me permitir, cederei a primazia à eminente Senadora Emilia Fernandes e, a seguir, farei o meu aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Com muito prazer, Senador Bernardo Cabral. Seu cavalheirismo é habitual.

A Srª Emilia Fernandes - Agradeço o aparte e também a gentileza do Senador Bernardo Cabral. Neste momento, quando vários Senadores estão-se manifestando - tenho certeza -, de forma sincera e espontânea, os sentimentos que unem o Senador Luiz Alberto com os demais colegas desta Casa, eu não poderia ficar silenciosa. Como colega do PTB e como colega Senadora, gostaria de deixar registrados nos Anais os nossos cumprimentos a S. Exª e os nossos agradecimentos a Deus por ter conhecido esse companheiro, que tão bem soube prestigiar esta Casa e, acima de tudo, o nosso Partido. Os momentos que V. Exª passou nesta Casa são motivo de orgulho para o povo do seu Estado e para os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, o nosso Partido. Se por um lado, nós nos sentimos orgulhosos de mais um Senador do PTB ser chamado ao desafio de contribuir com o Governo Federal, assumindo a Pasta da Agricultura, por outro lado, lamentamos perder o convívio fraterno do Senador Luiz Alberto, a quem apresentamos nossos agradecimentos. Temos a certeza de que a sua capacidade e a seriedade com que levou a bom termo o desempenho de seu mandato ficarão guardadas no coração dos colegas Senadores e principalmente dos petebistas deste País. Senador Luiz Alberto, nós lhe desejamos muito sucesso em sua nova atividade. Temos certeza de que V. Exª dará continuidade ao seu trabalho voltado para o povo do Paraná. Leve também o nosso abraço a sua família que, de forma tão carinhosa e tão amiga, muitas vezes nos recebeu. Muito obrigada pelo convívio e que Deus o acompanhe na jornada que empreenderá daqui para frente.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Muito obrigado a V. Exª, eminente Senadora Emilia Fernandes. V. Exª, que tem engrandecido o Rio Grande do Sul, Estado de tantas e tão caras tradições políticas, V. Exª, que veio lá da fronteira, com os ventos da liberdade, com os ventos das dificuldades próprias e até do conhecimento do povo gaúcho, V. Exª, que veio lá dos Pampas amados do Rio Grande do

Sul querido, tem engrandecido o Senado. Eu me sinto confortado por ter tido a oportunidade de ter um convívio tão agradável com V. Ex^a.

Ouçõ o eminente Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Luiz Alberto, aliás Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira - faço assim justiça ao nome por inteiro -, se me faltassem, e penso que faltam, méritos para apartear-lo...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Não apoiado, Senador.

O Sr. Bernardo Cabral - ...eu já estaria feliz de ter cedido minha vez. Foi uma forma de provar ao Senado o quanto V. Ex^a é estimado. Não é à toa que os homens públicos não valem pela fortuna que conseguem formar, nem pelo poder de que eventualmente dispõem, mas por aquilo que realizam em prol da coletividade. V. Ex^a chegou ao Senado aureolado, porque, sem prática parlamentar mais demorada, mostrou consistência e densidade à medida que exercitava o múnus de relatar algumas matérias, inclusive na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ora, quem fica para apartear no final do discurso, como eu, corre o risco da repetitividade. Quero fugir desse risco, porque o que aqui já foi dito dá a idéia de que a sua biografia pode ser escrita. Imagine V. Ex^a, se eu não tivesse tomado a liberdade de apartear-lo, como ficariam esses apartes tão brilhantes ao serem comparados com outros. Seria difícil saber qual o melhor. Assim já se sabe qual deles é o mais fraco. Só por essa circunstância interrompo V. Ex^a. E o faço lembrando um velho paraibano, que, do alto de sua sabedoria, em determinada quadra de sua vida, voltava à Paraíba para disputar o cargo de governador. Seus inimigos políticos diziam que só estava voltando à Paraíba porque pretendia disputar esse cargo. Ministro de Getúlio, depois de ter escrito uma das páginas mais bonitas de que se tem notícia, **A Bagacelra**, José Américo deu, de público, a resposta. Disse: "Meus inimigos, meus detratores, estão dizendo que volto à Paraíba apenas para pleitear o cargo de Governador e se esquecem" - esta é a frase que quero destacar - "de que voltar é uma forma de renascer, e ninguém se perde no caminho da volta." Tenho a certeza de que V. Ex^a não se perderá no caminho da volta, que espero seja em breve.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Muito obrigado, meu eminente Relator Constituinte, Deputado brilhante em tantas legislaturas e eminente Senador pelo Estado do Amazonas. Suas palavras são tão fortes para mim quanto expressivo é para a Nação brasileira o caudaloso Rio Amazonas. V. Ex^a de-

monstra, com suas palavras, o apreço que conseguimos criar ao longo dessa nossa convivência.

Desejo afirmar no Senado da República que eu também já era seu admirador antes de aqui estar. Como Presidente da União Parlamentar Interestadual, convivi com V. Ex^a, quando V. Ex^a fez a tarefa gigantesca de redigir a Constituição de 1988. Posso testemunhar a lhanza e a cordialidade com que V. Ex^a tratava aquele humilde Deputado estadual do Paraná, que vinha pedir seus aconselhamentos, para que pudéssemos escrever uma Constituição que fosse também uma Constituição da federação brasileira, como V. Ex^a também soube fazer em diversos artigos da nossa Carta Magna.

Por isso, declaro, mais uma vez neste plenário, que continuo seu aluno. V. Ex^a, para mim, é o mestre da amizade e da política brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, permito-me fazer rápidas considerações a respeito do Senado.

Esta Casa, acompanhando a ingente necessidade de modernizar-se e dessa forma fazer face aos novos desafios, tem-se mostrado, a cada dia, mais eficiente e expedita. Lembro o Professor e constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, quando afirma que uma das razões da crise da democracia pode localizar-se na incapacidade de o Parlamento atualizar-se e informatizar-se, acompanhando as rápidas mudanças do Executivo.

Saúdo, nesse sentido, todo o salutar esforço de modernização que o Presidente José Sarney, seus colegas de Mesa Diretora e todos os funcionários do Senado, desde a douta Consultoria até aqueles que nos servem em nossos gabinetes, têm dado no sentido de imprimir novos tempos e oferecer melhores condições de trabalho aos Srs. Senadores e ao Senado de maneira geral, porque, na verdade, com a modernização, com melhores condições de trabalho, estar-se-á promovendo e induzindo o próprio aperfeiçoamento da democracia.

Tenho a convicção de que mesmo sendo a "Casa da Prudência", como queria Rui Barbosa, esta Alta Casa do Parlamento brasileiro, pela sensibilidade e virtude de seus ilustres Senadores, saberá, também, como nos recomenda Bertold Brecht, ser a casa da transformação, pois ele disse que a principal tarefa do político é não temer o novo.

Levado ao paroxismo dos grandes desafios, caberá ao Senado um papel de protagonista no difícil caminho da construção da Nação justa e harmônica.

Não se trata apenas de desenvolvimento, de luta contra as injustiças estruturais e as desigualda-

des crônicas. Há todo um trabalho cotidiano, às vezes meras conjunturas, contra as quais só um paciente trabalho político é eficaz. Há, da mesma forma, a necessidade de inserimento do Brasil nos quadros internacionais, haja vista as grandes transformações derivadas da mundialização da economia e das avassaladoras integrações regionais e multirregionais.

Devo dizer aos paranaenses que sufragaram meu nome e permitiram que acui estivesse que não hesito em, mesmo diante de tremendas dificuldades e incompreensões, acreditar piamente que este Senado pode ser e será contemporâneo ao desafio do seu tempo. "Aqueles que crêem na justiça, mesmo em oposição aos astrólogos, podem mudar o curso das estrelas..."

Os eminentes Senadores e as eminentes Senadoras que conheci não querem mudar o curso das estrelas, mas querem - isto, sim - que aqui se ajude a construir uma pátria onde todos possam ter o "Sol bendito do pão", da liberdade, do trabalho e da cidadania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, combati o bom combate e encerrei minha carreira, mas guardo a minha fé na democracia e no Senado do meu País. (Muito bem. Palmas!)

Gostaria de registrar também o meu sincero agradecimento a todo o corpo de funcionários desta Casa, em especial às Diretorias Técnicas e a Douta Consultoria Legislativa, bem como a todos os servidores que trabalharam em meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Luiz Alberto de Oliveira, V. Ex^a ultrapassou o tempo em 27 minutos. Não ousei chamar a atenção de V. Ex^a, porque teria até vontade de parar o relógio para que concluísse o seu discurso.

Esta Presidência se sente no dever de associar-se às manifestações que V. Ex^a recebeu de todos os seus Pares e de todos os partidos políticos nesta Casa, que perceberam que V. Ex^a, ao tempo em que esteve no Senado, venceu as incompreensões com a grandeza de sua alma e colaborou decisivamente nas principais matérias da competência desta Casa.

Se V. Ex^a agiu no Senado como um grande patriota, na sua vida particular, procedeu como um grande amigo, como um verdadeiro companheiro, fazendo de sua residência a residência de todos nós.

A Presidência em exercício se associa às manifestações do Senado da República e - volto a repetir - uma despedida é sempre algo que compunge o coração.

O nosso grande abraço, o abraço deste seu amigo que, nesta hora, gostaria de estar junto com outros Senadores, para melhor poder manifestar aquilo que tem dentro do coração por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por permuta com o Senador Gilvam Borges, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito breve, mas não poderia deixar de registrar que, na quinta e sexta-feira da semana passada, realizou-se, em São Paulo, o Seminário Brasil-França, sob o auspício do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Quem conhece esse órgão da diplomacia brasileira, que é comandado em nosso País pelo eminente Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, sabe do valor com que são tratados os problemas internacionais:

No dia 25 de abril, a mesa nº1 tratou do tema "O Brasil e a França na política internacional: presente e futuro, divergências e convergências". Eu não sei a quem creditar, talvez por uma dessas manobras do destino, fui convidado para participar dessa mesa. Apresentei um trabalho por escrito, o tema foi até às 13h30in..

A mesa nº 2, das 14h30 às 20 horas, tratou do tema "O Brasil e a França na economia mundial: presente e futuro, divergências e convergências".

Na sexta-feira, a mesa nº 3 trabalhou com o tema "A cultura na política e na economia mundial" e, a tarde: "Energia, biotecnologia, informática e espaço: perspectivas e estratégias".

Por que faço este registro? Porque não vi na imprensa nada que falasse da grandeza do que ali aconteceu.

O Sr. Valmir Campelo - Permite-me V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço com muita honra, porque é sempre encorajador ouvir V. Ex^a.

O Sr. Valmir Campelo - Muito obrigado, nobre Senador. Quero apenas parabenizar V. Ex^a. Esse seminário, acontecido em São Paulo, é de suma importância para o nosso País, pois contou com empresários e políticos, brasileiros e franceses, e é, antes de mais nada, uma preparação para a visita do Presidente da República à França. Houve grandes conferencistas brasileiros, Ministros de Estado, como também autoridades francesas, entre elas o administrador de Paris, e muitas outras que vieram

ao Brasil exatamente para participar desse Seminário. Eu não poderia deixar de registrar a participação brilhante de V. Ex^a, representando até mesmo nós, Senadores da República. Nobre Senador Bernardo Cabral, receba o nosso abraço de agradecimento e parabéns por ter comparecido ao encontro e contribuído com sua inteligência para facilitar até mesmo os compromissos e a ida do Presidente da República à França. Parabéns.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Valmir Campelo, V. Ex^a é realmente um homem dadio. É daqueles que a generosidade faz parte não só da sua biografia, como é uma espécie de lema ao longo da sua vida. É claro que, neste instante, o Senador Valmir Campelo registra esses elogios mais pelo afeto do que pelos méritos que o seu admirador de sempre dispõe.

Para dar uma idéia da grandeza do encontro, quero registrar algumas presenças - e não citarei os brasileiros que lá se encontravam -: o Diretor da Escola Nacional Superior de Belas Artes, Estudos de História e de Arte, da Universidade de Paris-Nanterre, Professor Alfred Pacquement; Antoine Frédéric Cornet, membro do Conselho Científico do I'LARE; Antoine Joly, Administrador da cidade de Paris.

Na sequência, Sr. Presidente, o alemão Axel Sauder, famoso porque PhD. A sua tese foi conseguida *magna cum laude*.

E mais, Sr. Presidente: Bernardo Boris Vargatig, um xará meu, que é Doutor em Ciências pela Universidade de Paris, hoje membro da direção do Instituto Pasteur e Directeur des Applications de la Recherche; Bernard Mencier, Doutor em Ciências Físicas, foi Diretor-Presidente do Banco Credit Commercial de France.

Além dos Ministros de Estado do Brasil, tivemos a presença do Sr. François Laplantine, conhecido Professor Titular de Etnologia da Universidade de Lyon; Sr. François Thual, da Faculdade Sorbone, Mestre em Sociologia e História; Gerard Blondeau, Membro do Conselho de Administração da Sociedade CLS-ARGOS; Jean Galard, Chefe do Serviço Cultural do Museu do Louvre; Sr. Jean Francis Louis Tavemier, Presidente da delegação Aquitaine de La Fondation de France.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito quatro nomes: o Vice-Presidente da Assembléia Nacional da França, Nicole Catala; Monsier Robert Richard, um homem conhecido no Brasil, porque exercitou também a função diplomática; e Robert Picht, professor de "Sociologie européenne", e, finalmente, o Embaixador Philippe Lecourtier, o embaixador da França no Brasil.

Sr. Presidente, essa delegação demonstra a importância que foi esse seminário, realizado em 25 e 26 de abril, em São Paulo, sob os auspícios do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Não vi, confesso - como bem registrou o eminente Senador Valmir Campelo sobre um preparativo para a visita do Presidente da República à França -, na imprensa, a dimensão que uma reunião dessas significaria para o País; talvez, porque estejamos às voltas com o massacre em Eldorado dos Carajás, Estado do Pará. De qualquer maneira, Sr. Presidente, essa data ficará registrada nos Anais do Senado.

Não deixaria, ainda que pálido participante de um seminário desta importância - que, felizmente, para gáudio meu e alegria insuperável, figurará no meu currículo -, de fazer este registro. E, em não podendo fazê-lo, também ficaria para mim muito difícil não ouvir o eminente Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino Maia - Senador Bernardo Cabral, ainda bem que V. Ex^a foi convidado a participar desse evento. Com brilho e devida ênfase, faz o registro do evento no plenário do Senado. É evidente que as relações do Brasil com a França, extremamente robustas no campo político, no campo cultural, no campo dos investimentos dos interesses comerciais, recomendavam um outro nível de exposição desse tipo de encontro, até pela iminente visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à República Francesa. Lamentavelmente, fatos domésticos de relevância empanaram o brilho desse encontro, que reuniu figuras do Brasil e figuras importantíssimas do governo francês e de instituições francesas, mas certamente esse encontro terá cumprido o seu papel. Acredito, até, que V. Ex^a está sendo modesto na apresentação dos resultados ou das ocorrências desse encontro, que seguramente vão produzir resultados a curto e médio prazos e no futuro. Parabéns V. Ex^a pela presença nesse encontro e pela manifestação que faz da sua ocorrência aqui no plenário do Senado da República.

O SR. BERNARDO CABRAL - V. Ex^a acentua bem, eminente Senador José Agripino, com a clareza de que sempre foi portador, até porque, quando passou pelo governo do seu Estado, ungido duas vezes pelas urnas, teve oportunidade de assistir de perto a esse relacionamento Brasil com a França. Lembro, em determinada reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a densidade com que V. Ex^a argüia o nosso embaixador, que ia para o exterior.

Nesse seminário, a minha grande preocupação, sabendo que a França é hoje o décimo segun-

do importador de produtos brasileiros e o sexto principal país exportador para o Brasil, era mostrar a dimensão Amazônica. Fiz questão, entre as divergências e convergências - este era o meu tema - de salientar a nossa posição quanto aos artefatos nucleares, com as experiências atômicas recentemente realizadas pela França, no Atol de Mururoa, e dizendo que enquanto nós, Constituintes, estivemos sempre voltados para o problema nuclear para fins pacíficos, respeitávamos também a argumentação que a França nos indicava - se V. Ex^a está lembrado - mediante a exposição que fez o embaixador Philippe Lecourtier na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Respeitávamos - repito - porque se dizia que era uma forma de defesa e que, ainda bem, as palavras de S. Ex^a acabaram sendo confirmadas, a França encerrava os seus testes nucleares.

Por isso mesmo, nessa dimensão Amazônica, eu chamava a atenção dos que ali se encontravam, de que enquanto o mundo inteiro começa a sentir o drama da falta de água doce, eu lembrava que, na nossa região, se encontra um quinto de água doce do mundo. Mostrava, entre as divergências e as convergências, que a nossa educação, até a Segunda Guerra Mundial e um pouco mais para cá, foi toda ela francesa, européia. Não conheço ninguém da nossa geração, até *pour épater le bourgeois*, que não saiba dizer duas palavras em francês, uma vez que tínhamos, como estive o ginásio inteiro, nos 4 anos, aprendendo um pouco de francês. E estranhava também que o Itamaraty, eventualmente, pudesse retirar esta disciplina do seu convívio, mas ao que fui esclarecido, isso era tão-somente quanto ao vestibular agora - porque, queiram ou não, a língua predominante é o idioma inglês - e, ao longo da preparação, os alunos do Instituto Rio Branco teriam aulas maciças, uma vez que é um idioma que não pode nenhum diplomata dele prescindir.

Ao fazer este registro, a alegria que tenho, não só dos apares recebidos, é ver que preside a nossa sessão o nosso estimado amigo Ramez Tebet, cuja carreira na Ordem dos Advogados do Brasil fizemos paralelamente. De modo que também S. Ex^a, um adepto do idioma francês, deve estar vendo que valeu a pena que tenhamos realizado esse Seminário Brasil-França.

Ao final do registro, Sr. Presidente, faço questão de solicitar a V. Ex^a que dirija expediente ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, dando conta de que o Senado terá nos seus Anais este registro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Bernardo Cabral, na forma regimental, V. Ex^a será atendido.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, um dos poucos privilégios que um partido de um Senador apenas pode ter.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para um comunicação inadiável. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, aproveitando o momento nacional, quando se fala muito de reforma agrária e se pretende que o Governo tenha uma posição mais efetiva na questão da reestruturação fundiária, até para que não terminemos o século XX com problemas que são do século XIX, que é a questão camponesa, a ausência de uma reestruturação fundiária, da distribuição da propriedade da terra, e como o Congresso Nacional, a nível da Câmara dos Deputados, também se integra nessa mobilização, acelerando, dando urgência a projetos que tratam da questão da reforma agrária, agilizando a sua tramitação - inclusive a Comissão de Constituição, Justiça e Redação já discutiu a questão dos projetos que tratam das liminares nas ações possessórias e vai discutir a questão do rito sumário -, eu gostaria de encaminhar à Mesa do Senado três requerimentos, para integrar o Senado nessa mobilização.

Fiz um levantamento e verifiquei que muito pouca coisa no Senado tramita sobre a questão agrária. Há algumas propostas de emenda constitucional e, evidentemente, não se pode solicitar a sua integração à Ordem do Dia, quando esgotados os prazos nas comissões para parecer, mas os projetos ordinários, esses sim. E existem três que estão tramitando e creio que poderiam ser incluídos na Ordem do Dia, para agilizarmos e nos integrarmos nessa mobilização nacional em prol da reforma agrária.

São eles: projeto do Senador Flaviano Melo, que introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25.02.93, que trata da questão da propriedade produtiva e que concretamente determina e define as ações do Incra nos processos desapropriatórios. É uma proposta que, se aprimorada, pode ajudar efetivamente a agilização dos processos desapropriatórios e, portanto, da própria reforma agrária.

Há outro requerimento que trata de dois assuntos que não são diretamente vinculados ao processo desapropriatório, mas que implica em dar maior efetividade ao próprio organismo de reforma agrária e à reforma agrária em si. Esse requerimento "institui a

revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária". Justifico-o rapidamente, dizendo que um dos grandes problemas com relação ao assunto é a supervalorização que se está dando a algumas indenizações, pelas correções monetárias e juros, que, no final, se transformam em valores absurdos, como alguns que já existem.

Na época em que ocupava a presidência do Incra, o companheiro Osvaldo Russo teve que, em algum momento, esconder-se até da Polícia Federal, porque queriam que se pagasse um precatório que era um absurdo, talvez uma terra no Paraná valendo mais do que o metro quadrado que se pagava na Vieira Souto, no Rio de Janeiro.

Esse requerimento tem a finalidade apenas de mostrar a necessidade de encontrar-se uma solução para isso, talvez liberando recursos para que se tenha um processo bem mais ágil na questão da reforma agrária.

O último requerimento altera o disposto na Lei nº 8.629, que trata da propriedade fundiária e cria a desapropriação quando, num determinado imóvel, houver trabalho escravo ou análogo, estabelecendo mecanismos para agilizar o processo, quando este tipo de trabalho for encontrado em alguma propriedade.

Parece-me, inclusive, Sr. Presidente, que, na região de V. Ex^a, demonstrou-se que em alguns imóveis estavam utilizando trabalho escravo, em carvoarias e em algumas atividades ligadas ao setor madeireiro. É importante salientar isso porque é uma forma também de o Governo fazer-se presente em algo inadmissível, em pleno final de século XX.

Estamos discutindo o pós trabalho industrial. Temos toda a discussão do desemprego estrutural e, infelizmente, no Brasil, estamos descobrindo o trabalho escravo. Para sermos uma sociedade moderna, não podemos conviver com o latifúndio improdutivo, com o trabalho escravo e com essa estrutura fundiária que temos.

Para ajudar nisso, estou solicitando esse requerimento de inserção na Ordem do Dia desses três projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - A Mesa aguarda os requerimentos e os encaminhará na forma regimental.

O SR. JOSÉ SARNEY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Senador José Sarney para uma breve comunicação.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB-AP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, a minha comunicação é apenas um aparte que eu deveria ter feito e não pude fazê-lo, pois não estava presente.

Tive conhecimento, todavia, que ocupou a tribuna o Senador Luiz Alberto de Oliveira que está deixando a nossa Casa. Se aqui estivesse, como estou fazendo agora, teria transmitido o sentimento de todos nós, que durante a sua passagem pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal, deu uma excelente contribuição aos trabalhos desta Casa, ao mesmo tempo em que deu uma demonstração de patriotismo e de trabalho em favor do seu Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o nobre Senador Francelino Pereira por 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo apenas, por um dever de Senador por Minas Gerais e por ser um admirador do novo Ministro, que será nomeado logo mais e tomará posse na próxima semana, Arlindo Porto, transmitir o nosso contentamento pela escolha para o Ministério da Agricultura, de um cidadão, político ilustre que tem uma identidade muito forte com os sentimentos de Minas, o seu destino e o seu futuro.

É claro que também vamos fazer uma referência aos outros ministros nomeados. Ao Deputado Francisco Dornelles, também mineiro, Deputado pelo Rio de Janeiro que jamais deixou de cultivar esse sentimento de mineridade. Faço referência também à escolha de Luiz Carlos Santos, mineiro de Araxá, representante de São Paulo, que exercerá a coordenação política do Governo com a sua experiência e a sua competência no convívio com as lideranças políticas e parlamentares do País. Faço referência à indicação de Raul Jungmann para o Ministério da Reforma Agrária, em boa hora criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a missão histórica de conduzir as ações, iniciativas e providências para viabilizar os primeiros passos, que serão decisivos para o destino da reforma agrária no País.

Desejo, porém, por um sentimento que todos compreenderão, referir-me, de forma sentimental e também como seu admirador, à convocação de Arlindo Porto, que, embora não mantivesse nenhuma expectativa de ocupar o posto no momento, foi indicado, não só pela sua competência, pela sua capa-

cidade de entendimento, mas também pelo fato de que Minas não poderia abrir mão, quando deixava o Ministério a ilustre Ministra Do othéa Wernicke, de ocupar o posto do Ministério da Agricultura.

O posto evidentemente cabia, na composição política, ao PTB. Mas, em verdade, a escolha foi muito acertada, inclusive porque deixa o Ministério o ilustre colega, Senador José Andrade Vieira, por outro lado ocupa o Ministério que S. Ex^a deixa, também um Senador nosso amigo nesta Casa.

Por isso mesmo quero transmitir ao Senador Arlindo Porto o nosso abraço efusivo, acima de qualquer preocupação de ordem partidária ou política, mas simplesmente transmitindo aquilo que é muito importante para nós de Minas Gerais, transmitir a todos desta Casa o contentamento do sentimento de Minas.

O Sr. Romero Jucá - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Francelino Pereira?

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Pois não, nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá - Senador Francelino Pereira, V. Ex^a trata da nomeação dos novos ministros do Governo Fernando Henrique. Pela análise de V. Ex^a, está patenteado que o estilo mineiro de fazer política se amplia dentro do Governo Fernando Henrique, o que, sem dúvida nenhuma, é um fato extremamente positivo. A nomeação de três mineiros e um pernambucano, independente da questão regional e da questão estadual, demonstra que esse estilo de tranquilidade e equilíbrio de fazer política mineira, do qual o Senador Arlindo Porto e os Deputados Francisco Dornelles e Luiz Carlos Santos são artífices, vai contribuir para o melhor encaminhamento das ações políticas do Governo Fernando Henrique. Gostaria de aplaudir também a nomeação do Ministro Raul Jungmann, companheiro antigo de bairro e de adolescência. Em especial, gostaria de enfatizar que a designação do Senador Arlindo Porto para Ministro da Agricultura honra especialmente esta Casa. Diria que a nomeação transcende os quadros do PTB, pois nós todos tomamos como um gesto de valorização do Senado, pela postura, pela seriedade, pela forma de fazer política, pelo compromisso e pela competência, inclusive demonstrados no Governo de Minas Gerais, do nosso companheiro Senador Arlindo Porto. Desejo transmitir o apoio e esse abraço ao Senador. Esperamos muito de S. Ex^a e que a sua contribuição seja efetivamente no sentido de fortalecer ainda mais a agricultura do nosso País. Está de parabéns Minas Gerais, o Presidente Fernando Henrique e o Senado Federal, por

ter o Senador Arlindo Porto como seu representante no Ministério.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Muito obrigado pelo aparte, que traduz exatamente nosso sentimento.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que essa reforma ministerial destina-se basicamente a viabilizar as reformas constitucionais, sem o que o Brasil não dará o grande passo com vistas ao seu destino histórico.

Felicito, portanto, esta Casa, na pessoa do Senador Arlindo Porto, pela sua presença, pela sua participação nas decisões de interesse nacional, especialmente no campo da agricultura.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Ramez Tebet deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o mundo e a sociedade estão em constante processo de mutação. Sei que o mundo está vivendo aquele fenômeno batizado com o nome de globalização. Tenho plena consciência disso. Mas há alguma coisa inédita e que me faz refletir profundamente.

Sempre ouvi falar e sempre vivemos os movimentos de greve, de paralisação, os movimentos que, de uma forma ou de outra, buscam as reivindicações maiores de parcelas da nossa sociedade.

No entanto, nas últimas horas, leio e tomo conhecimento, assim como toda a Nação, de que a classe empresarial - isso é importante e não falo com nenhuma crítica aos empresários do Brasil, muito pelo contrário, mas só para atestar o momento singular, inteiramente diferente que estamos vivendo no mundo é, em particular, aqui no Brasil -, por intermédio da sua federação industrial, está disposta a conversar com os trabalhadores no sentido de se organizarem para um dia de protesto.

Seria uma greve diferente, a que nunca assistimos: uma greve unindo o capital ao trabalho, os patrões aos empregados. Quando vemos e constatamos isso, sem dúvida alguma, temos que parar para pensar um pouco. Todos temos que refletir, pois algo está acontecendo. Em verdade, sociedade brasileira - tanto patrões quanto empregados - está-se

unindo na firme consciência de que não existe emprego sem empresa, de que garantir o emprego é garantir a base industrial do País. Este é o princípio que está norteando essa união e nos leva a uma profunda reflexão sobre o momento social e econômico que o Brasil atravessa.

Vemos que isso acontece no instante em que a Nação brasileira ainda está estarecida e chorando os mortos do Estado do Pará; isso acontece no instante em que o País tem necessidade de manter sua economia estabilizada; isso acontece no instante em quem temos que juntar esforços para, realmente, combater, como estamos combatendo, a inflação e o desemprego.

Penso que é um momento de profunda reflexão neste País por parte da sociedade, e tenho consciência de que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está refletindo, tanto que promove algumas mudanças: a criação, por exemplo, do Ministério da Reforma Agrária; o anúncio de algumas medidas que os estabelecimentos bancários ainda não estão cumprindo e que procuram ajudar a aliviar um pouco a crise por que passam as pequenas e médias empresas neste País.

Quando o Conselho Monetário Nacional autoriza um certo desafogo para as pequenas e médias empresas urge que os estabelecimentos de crédito cumpram as determinações do Conselho Monetário Nacional e baixem os pesados juros que estão asfixiando essas empresas.

Por outro lado, penso que chegou o momento - e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo, a área econômica têm dado sinais disso - de desafogar a grave crise financeira por que passam as Unidades da Federação brasileira.

Estamos em um quadro de mudanças políticas. Ainda há pouco, antecedeu-me na tribuna o ilustre Senador Francelino Pereira, que falou sobre a sua satisfação de ver, cada vez mais, o Governo reforçado pela inteligência, pela argúcia e pelo talento político dos mineiros. Homem do Centro-Oeste que sou, saúdo esse feito não só por Minas Gerais, mas também pelas mudanças efetivas. O Governo resolve ter um coordenador político; a nossa classe vinha reclamando por essas mudanças.

Estou aqui porque vejo que assumirá a Pasta da Agricultura um companheiro nosso do Senado da República, o Senador Arlindo Porto, que é do ramo. S. Ex^a é um médio proprietário rural e conhece as angústias do agricultor, os problemas da agricultura.

Tive oportunidade de conhecer o Senador Arlindo Porto em uma viagem que fizemos juntos ao

Centro-Oeste, mais precisamente a Mato Grosso do Sul, em que S. Ex^a integrava a Comissão de Obras Inacabadas, que prestou um grande serviço para a República brasileira; eu representava aquele Estado nessa viagem. A nossa conversa girou precisamente em torno dos problemas por que estava passando e por que ainda hoje passa a agricultura e o agricultor.

Conheço a capacidade e a sensibilidade do Senador Arlindo Porto e confio plenamente que este Ministério estará bem composto. S. Ex^a, com a sua sensibilidade, muito poderá fazer para ajudar a solucionar esses problemas.

Portanto, nesse sentido, apelo ao Presidente da República, pois tenho consciência de que o Governo está marchando no sentido de procurar consertar os rumos do Plano Real, que trouxe a estabilidade econômica, é bem verdade, mas a um custo social que devemos procurar corrigir imediatamente neste País, sob pena de não termos mais tempo de reparar os desvios sociais a que está sujeita a Nação brasileira.

O **timing** é este. Tenho convicção, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que é este o exato momento em que devemos realmente olhar para a parte social do País, naquilo que é mais importante e que está realmente afligindo a classe produtora, os trabalhadores, a sociedade brasileira como um todo. Isso é de fundamental importância.

São estes, a meu ver, os pontos capitais: diminuir os pesados juros; ter uma política de reforma agrária realmente adequada que não represente fantasia e não leve ilusão, mas que seja consentânea com a realidade nacional; o auxílio às pequenas e médias empresas; a questão da Federação brasileira, ajudando os Estados a saírem do sufoco em que estão mergulhados; e a questão do desemprego, que é uma questão mundial. Os países do Primeiro Mundo também enfrentam esse flagelo. O desemprego hoje é tido como o maior flagelo que está ameaçando a humanidade. Tem-se receio das máquinas, do desemprego provocado pelo grave desempenho da tecnologia e da ciência, mas há também aquele desemprego provocado por outros assuntos, como, por exemplo, a estagnação da indústria nacional, a estagnação da agricultura brasileira.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao fazer essas considerações, em um momento de reflexão, vimos quão importantes são essas reformas que precisamos realizar no nosso País.

Ouvi a despedida do Senador Luiz Alberto de Oliveira aqui desta tribuna, bem como os apertes de despedida, de reconhecimento aos seus méritos que

lhes foram prestados em seu pronunciamento. Entendi que o Senado da República está pronto para continuar dando a sua parcela de contribuição, como estamos fazendo. Digam o que quiserem desta Casa, mas, na verdade, tudo o que aqui veio dependendo de mudanças constitucionais foi por nós realizado. Em questão de reformas, o Congresso Nacional, por parte do Senado da República, pelo menos, não está em débito com o País; muito ao contrário, está pronto a tocar em frentes reformas que precisam ser complementadas através das leis que o Executivo deverá enviar, a fim de desconstitucionalizar por vez e regulamentar o que já foi votado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu tenho uma firme esperança: apesar dos momentos tormentosos por que a Nação brasileira passou com esse desastre, esse massacre lá no Estado do Pará e por outros acontecimentos, mesmo assim, este País tem condições. Chegou o momento de pararmos um pouco e começarmos a resgatar a dívida social que temos com o nosso Brasil.

São essas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as considerações que eu queria fazer nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por permuta com o Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero, desta tribuna, repetir os tantos e tão convincentes argumentos em favor da implantação da Justiça Agrária no País, cuja necessidade e premência me parecem incontestáveis.

Tampouco desejo reter-me em comentários acerca do recente episódio, triste, lamentável e vergonhoso que foi o massacre dos sem-terra, ocorrido em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Eminentemente colegas já o fizeram à exaustão, e o temor do pior, como é notório, tem provocado intensa movimentação por parte dos Três Poderes da República, na busca de soluções de curto prazo, que possam impedir novos conflitos sangrentos.

A opinião pública assiste, perplexa, como se fora num cansativo vídeo-teipe, às mesmas explicações, às mesmas ameaças de punição e aos mesmos apelos diante do fato recente, como se este não se assemelhasse aos tantos outros a que o País vem assistindo há tantas décadas. Ouso afirmar que, não fossem tão cruentos os acontecimentos de

hoje a atingir tão fortemente a sensibilidade dos brasileiros, certamente, os repetitivos discursos gerados pela nova tragédia estariam a levar ao enfado a população descrente e cansada de esperar por medidas realmente capazes de equacionar o grave problema fundiário do País.

De modo que, Sr. Presidente, embora extremamente solidário na dor dos massacrados, permito-me, neste momento, eximir-me da retórica inútil, da crítica extemporânea, da preocupação inoportuna com a desastrosa imagem externa, porque desejo conclamar esta Casa para que faça, antes de tudo, uma autocrítica sobre como vem tratando essa questão tão séria.

Refiro-me, especificamente, à letargia que envolve a apreciação de projetos que objetivam, sem partidismo e sem cunho ideológico, disciplinar as questões fundiárias, por intermédio da implantação de uma justiça rural mais ágil e mais preparada para dar as respostas que o País deseja.

Não quero aprofundar-me no tempo e no espaço para exemplificar, quantitativamente, o número de proposições a esse respeito, que se perderam, sem apreciação, nos desvãos do processo legislativo brasileiro, ao longo dos tempos.

Fiquemos dentro da atual legislatura, na qual duas propostas de emenda à Constituição foram apresentadas: a PEC nº 47/95, que teve a honra de encabeçar na companhia de 36 ilustres colegas, e a PEC nº 59/95, de iniciativa do eminente Senador Darcy Ribeiro, também acompanhada por expressivo número de membros desta Casa. A primeira deu entrada na Comissão de Justiça em 11 de agosto de 1995 e a segunda, na mesma Comissão, em 3 de outubro do mesmo ano.

Embora sejam diversas as soluções propostas, já que a primeira intenta de pronto a instituir a Justiça Agrária no Brasil e a segunda, atribui provisoriamente à Justiça do Trabalho a tutela jurisdicional das questões agrárias, fica clara em ambas a necessidade de especialização da justiça da terra:

Recordemos as palavras do Prof. Darcy Ribeiro na justificativa do seu projeto:

"Dada a urgência e a gravidade da situação agrária brasileira, que nos ameaça de uma convulsão social, é necessário dar uma efetividade urgente à medida ora proposta. Para tanto, o melhor instrumento disponível é a Justiça do Trabalho que, devidamente aparelhada pelo Poder Executivo, poderá executar provisoriamente as funções de uma Justiça Agrária. Esta, absolutamente

indispensável em um País que enfrenta graves convulsões agrárias e urbanas, pode ser instituída mais tarde."

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira proposta dormita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania há mais de nove meses e a segunda está prestes a ali completar oito meses sem que qualquer passo tenha sido dado no sentido de possibilitar a sua discussão pela Casa.

Longe de mim a intenção de prejudicar-lhes favoravelmente o mérito, ainda mais quando de uma delas participei da elaboração, o que me torna suscetível de uma suspeição ou, quando menos, de uma natural parcialidade em relação ao acerto das medidas nela preconizadas.

Não, mil vezes, não! Côncio das minhas limitações, o meu propósito foi de apresentar um texto que reputei correto, mas que antes de tudo servisse de base para uma discussão em torno de uma medida que me parece imprescindível para a pacificação do campo. Tenho a certeza também de que outro não foi o propósito do Senador Darcy Ribeiro. Por acreditar na minha proposta, é claro que me regozijaria pela sua aprovação, com os aperfeiçoamentos que certamente lhe seriam dados pelos mais doutos. Se rejeitada, quem sabe os argumentos contrários não me embasariam para nova proposta, esta já purificada dos erros naquela cometidos?

Já se disse, com muita propriedade, que da discussão nasce a luz. E é de luz, de muita luz que o País precisa nesta hora de tantas incertezas quanto ao agravamento dos problemas fundiários.

Assim é que, Sr. Presidente, sendo por convicção contrário à adoção de medidas açodadas, elaboradas ao sabor de grandes comoções, quero registrar o meu desapontamento pela morosidade com que vêm sendo tratadas as propostas de emenda à Constituição aqui mencionadas e que, salvo melhor juízo, embora imperfeitas, estão a merecer prioridade de apreciação.

A questão agrária é grave demais para que o Congresso permaneça apenas na retórica. Revoltamo-nos quando nos criticam pela inação que permite ao Executivo legislar em nosso lugar. Mas até que ponto não estamos, na nossa morosidade, a fornecer munição aos nossos atacantes, postergando decisões em torno de proposições elaboradas dentro do próprio Congresso?

O Sr. Totó Cavalcante - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ - Ouço o aparte do nobre Senador Totó Cavalcante.

O Sr. Totó Cavalcante - Senador Romero Jucá, ouço atentamente o discurso de V. Ex^a. Desde adolescente, aprendi a amar a causa fundiária, tendo em vista os grandes conflitos em meu Estado do Tocantins, culminando com a morte do Padre Josino.

Nobre Senador, lembro-lhe de que também nos falta um pouco de pressão para que seja aplicado o Estatuto da Terra que, sabemos, é uma perfeição em reforma agrária. Falta-nos uma lei processualística para aplicarmos o Estatuto. Recentemente, em Tocantins - dando um exemplo a todo o País -, houve um mutirão da justiça, através do Juizado de Pequenas Causas, ressaltando-nos a morosidade da justiça na aplicação e execução de suas leis e também na vontade política do Executivo. Entendo estar no momento de exigirmos a aplicação do Estatuto da Terra à justiça comum em seus Juizados de Pequenas Causas. Creio que a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal seriam mais uma despesa para este País que luta para uma aplicação do Plano Real. Ilustre Senador, "pego carona" no seu discurso para lembrar a este País que o Estatuto da Terra nada mais é do que um exemplo na aplicação da reforma agrária. Deveremos exercitar e pressionar o Executivo para que cumpra o exercício de uma adaptação na lei processualística.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ - Agradeço o aparte de V. Ex^a que também supre este meu discurso e, mais do que isso, lembro que V. Ex^a tem razão em dizer que projetos de lei complementares e processualísticos também estão tramitando nesta Casa, um deles inclusive, como frisou o Senador Roberto Freire, de autoria do Senador Flaviano Melo.

Prossigo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Será que, na questão agrária, ficaremos, ainda uma vez, a reboque das decisões engendradas pelo Executivo, ficando relegadas ao esquecimento as soluções propostas no processo legislativo mais apropriado?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma autocritica que conclamo seja feita por esta Casa. A análise das propostas de implantação da justiça agrária não deve ser retardada, sob pena de frustração não de seus autores que para cá vieram com o firme propósito de legislar em prol do fortalecimento da democracia brasileira, mas de toda a sociedade, e em especial daqueles que dependem de soluções rápidas para serem atendidos pela verdadeira reforma agrária que queremos em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a justiça de nosso País começa hoje um longo e difícil trabalho: julgar os acusados de mais uma tragédia brasileira - a Chacina da Candelária.

Foram três anos angustiantes de espera, na certeza de ver, com a punição dos culpados, o resgate de uma dívida incensurável com as nossas crianças de rua do Rio de Janeiro.

Sei que vai ser uma tarefa antes de tudo dolorosa. O povo brasileiro vai ter que reviver detalhes vergonhosos e tristes de um crime hediondo.

Quando, na madrugada do dia 23 de julho de 1993, assassinos frios e cruéis aproximaram-se das crianças da Candelária, na verdade, toda a Nação brasileira tremeu de medo, porque, junto com aquelas crianças, abandonadas, desesperadas e tristes, dormia a nossa responsabilidade. A responsabilidade de que todos nós temos de dar alimentação, segurança, saúde, educação e carinho para nossas crianças, condições mínimas de sobrevivência.

Muito mais ainda: quando os assassinos aproximaram-se da Candelária, nossa solidariedade humana também estava adormecida. Estampidos soaram no ar, anunciando a mortandade. E a consciência brasileira acordou de um sono de séculos, espantada com uma realidade cruel. Acordamos para viver um pesadelo.

Mas não foi surpresa aquela violência contra crianças abandonadas e desamparadas. Na verdade, elas já estavam mortas. Aquelas crianças, cada uma delas, já tinham sido abandonadas por nós.

A partir de hoje, os acusados da chacina da Candelária começam a subir no banco dos réus. E, quando cada um deles estiver exposto ao Tribunal de Júri, o que vai estar em julgamento não são apenas policiais acusados de matar a sangue-frio oito crianças indefesas. É muito mais do que isso. O que vai estar em julgamento é, com certeza, a capacidade de cada um de nós de fazer um exame de consciência, uma autocrítica, um julgamento íntimo, pessoal, sobre os nossos deveres para com as nossas crianças. Ainda somos um fracasso nesse particular. Grande parte de nossos trabalhadores não vive com dignidade. O desemprego e a fome são hóspedes indesejados de suas casas. A falta de perspectiva, o desestímulo e a ociosidade são sementes da discórdia. A violência é apenas uma consequência natural desse estado de coisas. A brutalidade começa dentro de casa. A maioria de nossas crianças vai para as ruas para fugir dos maus tratos que lhes são impostos pelos próprios pais. Muitas de nossas meninas são violentadas, estupradas dentro de suas próprias casas, antes mesmo de atingirem a puberdade. Seus pais não têm mais esperanças. Na rua,

elas se unem a outras crianças com histórias comuns. Mas o drama continua. Do seio de famílias frágeis e em pleno processo de degeneração, essas crianças partem para uma outra realidade ainda mais injusta. Nas ruas, vivem à mercê de sua própria sorte. Espalhadas pelas cidades, elas encontram agora os "pais de rua", substitutos ainda mais sombrios de seus verdadeiros pais.

Alguns são criminosos, verdadeiros traficantes que controlam a vida nas ruas. As crianças sofrem com a exploração sexual, com o uso de drogas e com a perseguição dos "Anjos da Noite", que tomam a lei em suas mãos, se autoproclamando defensores da sociedade. O Estado, com suas instituições, tem-se mostrado incompetente para interromper esse processo.

Apesar dos esforços das organizações não-governamentais, ainda há muito o que ser feito, porque ainda temos milhares de crianças desassistidas em todo o País. São as crianças que não estavam na Candelária, com as quais temos o compromisso moral de dar assistência. Elaboramos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos que cumpri-lo em toda a sua plenitude.

Quando os acusados da chacina da Candelária se sentarem no banco dos réus, vamos ter lembranças desagradáveis, incômodas.

Vamos ouvir gemidos, gritos de desespero e de dor. Muita dor. Dor de balas que atravessaram a cabeça, o peito e as costas de oito meninos com idades entre dez e dezessete anos.

Vamos ouvir a verdade. O homem que liderou a chacina chegou à Candelária com um prato como se oferecesse comida.

"Ele perguntou quem queria sopa e atirou na cabeça de um moleque", conta-nos um sobrevivente.

Aquele covarde usou um prato com comida para atrair a atenção de um faminto, e embaixo do prato estava uma arma traiçoeira.

Vamos ouvir o desespero.

"Não dava pra fugir porque a gente ficava de frente pra outro pistoleiro", conta outro sobrevivente.

Vamos ouvir a brutalidade.

"Quando vi que o homem estava armado, corri, mas ele atirou e disse que iam passar o rodo em cima da gente", conta outra criança.

Vamos ouvir a súplica.

"Moço, mata não, moço".

Esse foi o pedido desesperado de Paulo Roberto de Oliveira, atingido com vários tiros na cabeça, na época com apenas onze anos de idade.

Cinco crianças morreram na hora, mas seus assassinos ainda não estavam satisfeitos. Seqüestraram outras três para matar pelo caminho. Seus corpos foram jogados perto do Museu de Arte Moderna.

E a vida se esgotou abruptamente para aquelas crianças. Apenas uma escapou para nos contar a história.

Para sobreviver, Wagner dos Santos se fingiu de morto entre os mortos. E continua sofrendo. Para ele o pesadelo ainda não acabou.

Wagner teve que procurar refúgio na Sulça para não ser exterminado. Hoje, é a principal testemunha da chacina.

Ao amanhecer daquela noite sombria, já não havia socorro possível. Só se ouviram protestos.

A chacina da Candelária foi a manchete dos jornais. E as manchetes eram ruins, as piores possíveis.

Foi assim na imprensa brasileira e na do resto do mundo. Mais uma vez, nosso País foi sinônimo de barbárie.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o julgamento dos acusados da chacina da Candelária é mais uma oportunidade para se colocar em discussão a eficiência das nossas instituições.

Eu tenho fé e acredito nelas, apesar de tudo.

Tenho fé na Justiça divina e em nossas leis. Espero que os culpados pela chacina da Candelária recebam a punição que merecem.

Não podemos admitir que eles consigam se esconder sob o manto da impunidade que vem acobertando criminosos que estão em nossos aparatos policiais.

A chacina da Candelária não pode e não deverá ser lembrada como mais um episódio, apenas mais um acidente na História brasileira.

No momento em que o primeiro acusado começa a sofrer com o peso das acusações, temos que nos lembrar que a matança continua.

Segundo dados da Segunda Vara da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, mais de mil crianças foram assassinadas depois da chacina da Candelária.

O empenho de nossos governantes em acabar com essa matança é duvidoso. Durante esses três anos de espera, as investigações oficiais foram praticamente interrompidas.

As organizações não-governamentais, pouco a pouco, foram se afastando. Receosas de sofrerem retaliações, muitas delas interromperam o trabalho de assistência que vinham desenvolvendo para as crianças no Rio.

As feridas de nossos sobreviventes ainda não cicatrizaram. A chacina da Candelária deixou seqüelas incuráveis.

Até quando vamos ter que conviver com esses pesadelos?

A sociedade brasileira já deu exemplos de maturidade econômica e política. Agora é preciso que esses ganhos sejam transformados em bens materiais, para que nosso compromisso com as crianças, principalmente com as mais carentes, possa ser cumprido.

Todo o mundo, literalmente, está acompanhando o que acontece hoje no Rio de Janeiro. Todos estão à espera de uma resposta da Justiça brasileira.

Não poderei esquecer aquele dia. Logo após os cruéis assassinatos, saí pelas ruas da cidade do

Rio de Janeiro e tive a oportunidade de ouvir alguns sobreviventes que dormiam do outro lado da calçada da Candelária. Não vou esquecer o desespero daquelas crianças, não vou esquecer o que disseram: "Tia, a gente tava em cima dessa banca de jornal". Elas viram as outras crianças serem cruelmente assassinadas.

Lembro-me perfeitamente, jamais vou esquecer, que ali crianças de 10 anos, tomando conta de crianças de 6 anos, diziam para nós: "Vocês têm que fazer alguma coisa. A gente não pode mais viver dessa forma". E hoje, quando começa esse julgamento, lembrei-me do Largo da Lampadosa, lembrei-me de Tiradentes, lembrei-me do mártir que, para não trair a Inconfidência de Minas Gerais, foi levado à força. Tiradentes sabia que dava a sua vida, naquele momento, pelo seu ideal, mas aquelas crianças sequer tinham ideal.

Lembrei-me do massacre de crianças em Soweto, Johannesburgo, aquelas crianças estavam apenas querendo o direito de andar pelas suas cidades e o direito de poder estudar com as outras crianças de etnia diferente. Lembrei-me daquele massacre.

O Sr. José Eduardo Dutra - V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. José Eduardo Dutra - Nobre Senadora Benedita da Silva, quero me associar às colocações feitas na tarde de hoje por V. Ex^a. Talvez hoje os olhos, não sóos do Brasil como os do mundo todo, estejam voltados para o Rio de Janeiro. Principalmente os olhos daqueles que ainda acreditam na justiça, particularmente na justiça social, os daqueles que têm a convicção de que a impunidade é um incentivo profundo à continuação dessas chacinas.

Por isso, a partir do dia de hoje - uma vez que não sabemos quando será a conclusão do julgamento -, o Brasil terá a oportunidade de mostrar uma virada da nossa realidade político-social, através de um ato emblemático, que será se fazer justiça nesse episódio da Candelária. O nosso País, nos últimos anos tem convivido com Carandiru, Candelária, Curionópolis e Corumbiara. São episódios que, além de causar indignação em todos nós, mostram o quanto a nossa democracia necessita avançar. Nunca poderemos dizer que vivemos em uma democracia pelo simples fato de políticos de oposição poderem aparecer na televisão, porque há liberdade de imprensa ou porque há partidos de esquerda. Enfim, esses aspectos da democracia formal, que são importantes, mas não suficientes para caracterizar qualquer país como uma democracia. É preciso que caminhemos muito ainda no sentido de estabelecer essa democracia social que precisamos construir no Brasil. Nela não há espaço para a impunidade daqueles que cometem atrocidades como essa a que V. Ex^a se refere hoje e como outras que tiveram re-

percussão na imprensa e também nesta Casa. Por isso, associo-me ao pronunciamento de V.Exª Esperamos todos nós que esse fato não sirva apenas como uma contribuição para classificar o Brasil como o país da impunidade. Esperamos, sinceramente, que essa classificação venha a ser modificada a partir de agora. Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Exª, Senador José Eduardo Dutra, e o incorporo ao meu discurso, porque entendo que ele o complementa. Temos a certeza de que foi exatamente a impunidade que deu lugar a essa extrapolação da autoridade em fazer "justiça" com suas mãos em nome da defesa dos cidadãos. Mas, que cidadãos? Da cidade do Rio de Janeiro? Quem são eles?

Já tínhamos, Srªs e Srs. Senadores, colocado essa discussão quando requeri a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o extermínio de crianças e adolescentes no País, em particular no Estado do Rio de Janeiro.

Naquela ocasião, por manobra política, sendo eu autora do requerimento, não pude ser a presidente da comissão nem a relatora daquela CPI, mas dei a minha contribuição como moradora do Estado do Rio de Janeiro e como cidadã. Eu resgatava assim um compromisso político assumido com as crianças de rua do meu estado.

Tinha eu um dossiê em que figuravam nomes e grupos de extermínio de crianças. Naquela época, já diziam que o que eu estava fazendo era apenas manipulação "eleitoreira" ou eleitoral, que essas coisas não existiam no Brasil. Imaginem, extermínio voluntário crianças!

Houve a CPI que investigou o caso. E foi constatado que verdadeiramente existiam esses grupos, com vários nomes, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em todo o Brasil.

Hoje estamos assistindo a essa violência no Rio de Janeiro, mas não podemos esquecer do nosso passado: crianças foram exterminadas na Cinelândia. Também houve extermínios em Acari e em Vigário Geral, onde tive oportunidade de assistir politicamente àquelas famílias.

Não vou-me esquecer de uma menina de cinco anos de idade. Tomei-a em meus braços, e ela me contou sobre a tragédia em que praticamente toda a sua família havia sido exterminada. Ficaram a menina, dois irmãos e um bebê. Perguntei a ela como aquela coisa terrível havia acontecido, e aquela menina de cinco anos descreveu o ocorrido.

Ela me disse que eles chegaram encapuzados e começaram a matar as pessoas que estavam na sala, no quarto, na cozinha, em todos os cômodos da casa. Ao chegar perto das crianças, eles ouviram um barulho maior do outro lado e acharam que bandidos estavam trocando tiros com os seus colegas. Foi o que salvou a vida daquelas crianças. Um deles

disse que deveriam matar as crianças, mas o outro disse que deveriam sair do local. As crianças pegaram o bebê - o mais velho tinha apenas nove anos - e, pulando de teto em teto nos barracos de Vigário Geral, conseguiram chegar até a única porta que, naquele momento, abriu-se para eles. Ali eles se esconderam.

Tive essas crianças comigo por algum tempo.

No depoimento, perguntaram àquelas crianças se elas poderiam descrever o rosto daqueles homens: - "Como era aquele homem que falou que ia matar vocês e resolveu não matar?" E a menina de cinco anos respondeu: - "Mas ele não era um homem, ele era um bicho". Até hoje essa menina não esqueceu a tragédia de Vigário Geral, porque ela traz aquela lembrança cruel e terrível.

E não sabemos até hoje como aquelas crianças não morreram, ou melhor, sabemos sim: só a mão de Deus pôde pegar a mão daquelas crianças e levá-las por aquela favela, de teto em teto naqueles barracos, para encontrarem um abrigo.

Não vou esquecer esse terrível acontecimento assim como não vou esquecer a recente chacina ocorrida no Estado do Pará.

Devemos entender que esses que deveriam ser protetores da sociedade estão se tomando perseguidores, porque a impunidade, como bem colocou o nosso Senador José Eduardo Dutra, é que faz com que essas pessoas, investidas de autoridade, possam extrapolar no exercício de suas funções oficiais.

Falta a indignação da sociedade, porque apesar desse episódio terrível, ouvíamos nas rádios, naquela época, algumas pessoas dizerem que achavam que tinha mesmo que se exterminar aquelas crianças. E por que teriam que exterminá-las? Porque aquelas crianças estavam incomodando a cidade, respondiam.

Estamos fazendo um trabalho junto às ONGs: é o Viva Rio, o Ibase, a Casa da Paz, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Ceap, Tortura Nunca Mais etc., porque temos que combater a violência. Essa é uma questão de honra para nós.

Sabemos que o primeiro julgamento foi feito. Diziam no primeiro julgamento: - "Eles não servem para nada, eles roubam a população indefesa, eles ameaçam as autoridades, eles questionam o poder, eles envergonham a cidade, eles cheiram cola e cheiram mal. Esses são os meninos de rua".

No Rio de Janeiro, de meados de 1991 até 1995, mais de seis mil crianças e adolescentes foram assassinados. São dados oficiais do Rio de Janeiro. E quem são os meninos de rua? São os analfabetos que brigaram em casa, que não têm comida, que foram violentados, que correm este risco constante porque eles também têm medo, eles também têm traumas. Eles sabem por quem foram assassinados alguns colegas. Alguns foram assassinados como queima de arquivo, outros porque sabiam demais, outros porque eram aviões e tiveram seu pac-

to quebrado com alguns policiais comprometidos, policiais que durante o dia ou durante a noite usavam aqueles pivetes, e, depois, os prendiam em nome de uma lei que todos desconhecem.

Qual é nossa imagem no exterior? Fomos procurá-la.

Srs. Senadores, hoje, lá no Tribunal, setenta jornalistas, alguns são correspondentes estrangeiros, acompanham o desenrolar do julgamento desse processo, e os direitos humanos são considerados violentados. Naquele momento muitos se aproveitaram do episódio para sustentar seus argumentos em frente às câmeras, mas depois, tranquilamente, foram dormir e não deram continuidade ao processo. Os meios de comunicação, que naquele momento divulgavam esse episódio, silenciaram.

Tivemos de fazer grande apelo internacional para que se desse continuidade ao processo. Era necessário que a imprensa se envolvesse, pois, do contrário, essa questão acabaria como tudo tem terminado neste País. Esse júri popular que agora se instala traz-nos a certeza de que o julgamento não levará à condenação de nenhum inocente, pois não será feito o julgamento a qualquer custo. As testemunhas sabem perfeitamente que não devem levar nenhum inocente ao Tribunal, mas também não devem deixar nenhum responsável por essa chacina do lado de fora.

Temos a esperança de que Wagner, que foi destemido e corajoso, reconheça naqueles que se sentarão no banco dos réus, os responsáveis por aquela chacina.

Conversamos com os sobreviventes e sabemos que ninguém está agindo simplesmente em virtude da emoção, até porque existiu entre eles grande reciprocidade e responsabilidade. Não apontariam alguém se não tivessem certeza absoluta, porque sabem que será fatal para qualquer um que seja apontado como culpado.

Portanto, o júri popular dará conta do recado. As autoridades não precisam ter ciúme, inveja, nem considerar que eles serão incompetentes. Não o serão, porque contarão com o nosso apoio.

Essa resposta não deve limitar-se a uma meia-verdade. Exigimos o esclarecimento amplo de todos os fatos que envolveram a chacina da Candelária. É preciso passar a limpo toda essa história e que os culpados - volto a dizer - sejam responsabilizados. Essa é uma dívida inadiável que a Justiça brasileira tem para com as nossas crianças e que temos de pagar. E a forma de começar a pagá-la é exatamente colocar no banco dos réus os responsáveis por essa chacina, por esse crime considerado por nós hediondo, e assumir, cada dia mais, o compromisso de não apenas denunciar o que está ocorrendo, mas de fazer com que as políticas governamentais de Município, do Estado e da União para aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente sejam viabil-

zadas. Do contrário, muitas outras vezes ocuparemos esta tribuna, chorando, para pedir ao Governo que cumpra o Estatuto, enquanto nossas crianças continuarão sendo assassinadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Totó Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) - A Presidência lembra aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta, solene, a realizar-se amanhã às 10 horas, neste plenário, destinada à promulgação de emenda constitucional.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1996

Susta a parte final do inciso VI e o inciso VII do art. 6º da Resolução nº 2.238, de 31 de Janeiro de 1996, do Banco Central do Brasil (alongamento de dívidas originárias do crédito rural).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o disposto na parte final do inciso VI do art. 6º da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Banco Central do Brasil, que determina: desde que o produtor tenha explorado, nos últimos três anos, os produtos escolhidos, e no inciso VII do mesmo artigo da citada Resolução, em sua totalidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data em que for publicado.

Justificação

A Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, concedeu ao Conselho Monetário Nacional a necessária competência para definir os produtos agropecuários, cujos preços de referência deveriam constituir a base de cálculo da equivalência em produto, objetivando-se o pagamento dos débitos.

O referido Conselho, além de definir aqueles produtos - algodão, arroz, feijão, milho e soja - estabeleceu restrições que excedem a respectiva competência legal, fato ainda agravado pelo Banco Central do Brasil ao exarar a Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996.

O Quadro Comparativo a seguir deixa claro que o Poder Executivo realmente excedeu o poder regulamentar, restando ao Congresso a sustação, por ilegalidade, de tudo o que caracteriza a exorbitância.

QUADRO COMPARATIVO (grifos nossos)

LEI Nº 9.138, de 29/11/95	CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL	RESOLUÇÃO Nº 2.238, DE 31/01/96 - BCB
<p>"Art. 5º § 5º</p> <p>III - independentemente da atividade agropecuária desenvolvida pelo mutuário, os contratos terão cláusulas de equivalência em produtos, ficando a critério do mesmo a escolha de um dos produtos, a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional, cujos preços de referência constituirão a base de cálculo dessa equivalência;</p> <p>IV - a critério do mutuário, o pagamento do débito poderá ser feito em moeda corrente ou em equivalentes unidades de produto agropecuário, consoante a opção referida no inciso anterior, mediante depósito de mercadoria em unidade de armazenamento credenciada pelo Governo Federal;"</p>	<p>"I - o devedor deverá manifestar formalmente seu interesse em aderir ao presente esquema até 31-1-96, e os contratos de refinanciamento deverão estar formalizados até 30-6-96;</p> <p>II - adotar-se-á instrumento de crédito único com garantia do mecanismo da equivalência em produto, podendo o devedor optar, na data da formalização do instrumento, por um ou mais dos seguintes produtos básicos da PGPM (algodão, arroz, feijão, milho e soja) para esse efeito. <u>Quando o devedor se ocupar de outras espécies de produção agropecuária, a sua opção ficará restrita a milho e/ou soja; será analisada a possibilidade de inclusão do café como produto elegível, buscando-se a viabilização de mecanismos específicos para esta finalidade;"</u></p> <p>Obs.- A parte grifada caracteriza a exorbitância de poder regulamentar.</p>	<p>"Art. 6º Devem ser observadas as seguintes condições, relativamente à equivalência em produto:</p> <p>VI - na data da formalização do alongamento, o mutuário pode optar por um ou dois dos seguintes produtos básicos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): algodão, arroz, milho, soja e trigo. <u>desde que o produtor tenha explorado, nos últimos três anos, os produtos escolhidos;</u></p> <p>VII - na hipótese de o mutuário se dedicar à exploração de outras atividades agropecuárias, relativas a produtos não especificados no inciso anterior, sua opção, para efeito de equivalência, fica <u>restrita a milho ou soja;"</u></p> <p>Obs - A parte grifada caracteriza a exorbitância de poder regulamentar.</p>

No inciso III (§ 5º, art. 5º da Lei nº 9.138) é clara a intenção do legislador, ao determinar: "independentemente da atividade agropecuária desenvolvida pelo mutuário, os contratos terão cláusula de equivalência em produto"...

Clara é, também, a restrição imposta pelo Banco Central, em flagrante discordância do texto legal, ao estabelecer na parte final do inciso VI, do art. 6º, da Resolução: ... desde que o produtor tenha explorado, nos últimos três anos, os produtos escolhidos.

Enquanto o inciso IV (§ 5º, art. 5º) da Lei em questão deixa a critério do mutuário a opção quanto ao produto – moeda, a Resolução só lhe permite escolher entre milho e soja, caso não se dedique à exploração de produto(s) especificado(s) pelo CMN (inciso VII, art. 6º), vedando-lhe eleger arroz, feijão ou algodão.

Observe-se que não tratamos aqui de veto – prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Não se aplica a este caso, portanto, o disposto no § 2º do art. 66 da Constituição Federal:

"Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que aquiescendo, o sancionará.

.....
§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea."

Sabemos todos que a intenção deste dispositivo constitucional é impedir que o veto a palavras e expressões desfigurem por completo o texto legal, a exemplo do ocorrido, por diversas vezes, durante o período de exceção.

Os termos em pauta são: a exorbitância do poder de regulamentação pelo Executivo e o poder de sustentação do Legislativo.

Ressalte-se, ainda, que das nossas decisões depende o futuro – a própria sobrevivência – de milhares de agropecuaristas de todo o Brasil.

O preclaro ex-Ministro e especialista em Direito Constitucional Oscar Dias Corrêa, apesar de convir que os excessos cometidos no poder regulamentador devem ser levados ao Judiciário, que os declara e anula, também assevera:

"A inteligência parece óbvia: se editado texto legal, normativo, ou de delegação, o que exorbitar do poder regulamentar deve ser recusado e ser sustado por ilegalidade." (In: A Constituição de 1988 – Contribuição Crítica. Ed. Forense Universitária, RJ. 1991, p. 122)

A questão é exatamente esta: não estamos querendo escoimar do texto do inciso VI do art. 6º da resolução apenas uma palavra ou uma expressão que altere o sentido do mesmo. É toda uma oração condicional – desde que o produtor tenha explorado, nos últimos três anos, os produtos escolhidos. Esta, sim, desfigura o texto da lei e exorbita o poder regulamentar, da mesma forma que o inciso VII, em sua totalidade.

Trata-se, aqui, de preservar o texto legal; de defendê-lo de acréscimos espúrios, de restrições que tendem a prejudicar milhares de brasileiros.

Toma-se, ainda, necessário que se conceda a essa proposição a indispensável urgência no processo de tramitação, uma vez que a resolução ora sob enfoque fixa, em seu art. 3º:

"Art. 3º (...) o respectivo instrumento de crédito deve ser formalizado até 30-6-96..." (grifos nossos)

Assim sendo, conclamo os meus nobres pares a aprovarem o presente projeto de decreto legislativo, em defesa dos pequenos e médios agropecuaristas brasileiros.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1996. – Senador **Totó Cavalcante**.

LEGISLAÇÃO CITADA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
(Diretoria)

RESOLUÇÃO Nº 2.238,
DE 31 DE JANEIRO DE 1996

Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29-11-95.

.....

Art. 6º Devem ser observadas as seguintes condições, relativamente à equivalência em produto:

I – a quantidade de unidades equivalentes em produtos, a ser apurada no ato do alongamento da dívida, corresponderá à divisão do valor total refinanciado, acrescido de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ano ano), capitalizados anualmente, pelos preços mínimos básicos dos produtos, conforme tabela I anexa, exceto nos casos de que trata o art. 13 deste normativo;

II – a liquidação das parcelas do débito alongado, quando não efetuada em espécie, somente será realizada mediante operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) direta, consoante as normas específicas divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);

III – poderão ocorrer compensações físicas e/ou financeiras, na liquidação das parcelas do débito alongado, em função da classificação oficial obrigatória dos produtos, observados os padrões e instrumentos de classificação, bem como os ágios e deságios previstos na tabela II anexa;

IV – o instrumento de crédito deverá conter cláusula estabelecendo que a equivalência fica condicionada a que o produto esteja depositado em armazém credenciado e com o contrato de depósito assinado com a Conab;

V – na liquidação da dívida, via AGF direta, caberá à Conab encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, até 30-4 de cada ano, inclusive 1996, a previsão dos gastos com despesas inerentes à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ressarcíveis ao mutuário, para inclusão dos respectivos valores no projeto de Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente;

VI – na data da formalização do alongamento, o mutuário pode optar por um ou dois dos seguintes produtos básicos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): algodão, arroz, milho, soja e trigo, desde que o produtor tenha explorado, nos últimos três anos, os produtos escolhidos;

VII – na hipótese de o mutuário se dedicar à exploração de outras atividades agropecuárias, relativas a produtos não especificados no inciso anterior, sua opção, para efeito de equivalência, fica restrita a milho ou soja.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) – O Projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. José Eduardo Dutra.

É lido o seguinte:

Liderança do Bloco PPB/PL

OFÍCIO Nº 357/96

Brasília, 26 de abril de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exª os deputados Edson Queiroz e Ricardo Izar para integrarem, como titulares, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) - A Presidência designa os Deputados indicados pela Liderança do Bloco PPB/PL, na Câmara dos Deputados, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, consoante expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h56min).

**ATA DA 50ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE
ABRIL DE 1996
(Publicada no DSF, de 26 de abril de 1996)**

RETIFICAÇÃO

À página nº 7168, 2ª coluna, no item 6 da Ordem do Dia, na emenda de plenário oferecida ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1992 (nº 1.289/91, na Casa de origem), que amplia para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório,

Onde se lê:

EMENDA Nº 2 - PLEN

Leia-se:

EMENDA Nº 1 - PLEN

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 509, de 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora n.º 5, de 1995.

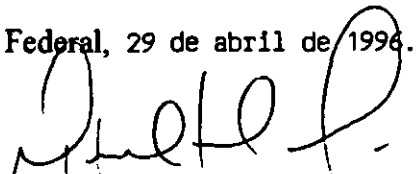
RESOLVE

Art. 1º. - É concedida promoção aos servidores do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma constante do anexo deste Ato.

Art. 2º. - Os efeitos financeiros para os servidores que obtiveram promoção por mérito, avaliados com o conceito suficiente, vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 3º. - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Anexo ao Ato do Diretor-Geral N.º, 509/96**RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE OBTIVERAM PROMOÇÃO DE ACORDO
COM O ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 05, DE 1995****CONCEITO SUFICIENTE - PROMOÇÃO POR MÉRITO
A PARTIR DE 01/01/96****- CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA LEGISLATIVO****. Especialidade: Taquigrafia****Do padrão 31 para o 32**

1. Maria Tereza de Souza - 4982
2. Mônica Alves de Levy Machado - 5010

Do padrão 40 para o 41

1. Ana Beatriz Gavazza de Azevedo Taveira - 4860
2. Cláudio Augusto Vizioli - 4876
3. Eliane Claret Caldeira Calçado de Moraes - 4867
4. Iolanda Rodrigues Chaves - 4897
5. Márcia Carneiro Filippi - 4863
6. Marlise Levorsse de Almeida - 4898
7. Naira Maria de Araujo Bomfim - 4866
8. Valéria Da Costa Ferreira - 4874
9. Viviane Rocha Resende - 4868

Do padrão 41 para o 42

1. Josi dos Santos Politi - 4788

. Especialidade: Biblioteconomia**Do padrão 31 para o 32**

1. Maria Celeste José Ribeiro - 5061
2. Odete Paes Silva - 5049

Do padrão 40 para o 41

1. Ceres Maria Veras de Sandes - 4927
2. Margareth Araujo Lima - 4931

. Especialidade: Tradução e Interpretação**. Do padrão 31 para o 32**

1. Theresa Catharina de Goes Campos - 5064

. Especialidade: Medicina**. Do padrão 40 para o 41**

1. Átila Cesetti - 4806
2. Carlos Henrique de Souza e Silva - 4889
3. Glauco Antonio Bezerra Japiassu - 4865
4. Hervaldo Sampaio Carvalho - 4925
5. João Alves de Carvalho Neto - 4847
6. José Mário Simil Cordeiro - 4816
7. Leda Maria Sales Braúna Braga - 4913
8. Marcelo Bittencourt Barreiros - 4804
9. Regina Ribeiro e Silva - 4813

. Especialidade: Enfermagem**. Do padrão 31 para o 32**

1. Maria Lourdes Ribeiro de Melo - 5070
2. Sueli do Carmo Pacheco de Oliveira - 5017

. Especialidade: Comunicação Social**. Do padrão 31 para o 32**

1. Antonio Caraballo Barrera - 5018
2. Clovis Venuto da Silva - 5056
3. Eli da Silva Teixeira - 5066
4. Francisco Cláudio Correia Meier Sant'Anna - 5022
5. Helena Lopes Daltro Pontual - 5050
6. Helival Rios Moreira - 5008
7. José Floriano Pereira Lima Filho - 5048
8. Ricardo Icassatti Hermano - 5060
9. Suely Bastos - 5068

Do padrão 40 para o 41

1. Cynthia Teles Peter Silva - 4840
2. Djalba da Silva Lima - 4803

- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR LEGISLATIVO**. Especialidade: Consultoria e Ass. Legislativo****Do padrão 42 para o 43**

1. Célia Maria Ramalho Costa - 4997
2. Dirceu Ventura Teixeira - 5054
3. Gilberto Gil Santiago - 2795
4. João Carlos Gastal Júnior - 5047
5. Roberto Barbosa de Castro - 5074

. Especialidade: Consultoria e Ass. Orçamentos**Do padrão 42 para o 43**

1. Robison Gonçalves de Castro - 4999

- CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO LEGISLATIVO**. Especialidade: Processo Legislativo****Do padrão 27 para o 28**

1. Carlos Eduardo Batista de Oliveira - 3299

. Especialidade: Datilografia**Do padrão 16 para o 17**

1. Alexandre Sérgio de Mendonça Caminha - 5021
2. Anna Christina de Andrade Coelho - 5044
3. Clara Martins Pereira Delgado - 5023
4. Ercílio Aquino Soares - 5053
5. Gilda Lúcia Ferreira - 5043
6. João Batista Josino de Medeiros - 5016
7. Maria Consuelo Freire Bezerra - 5069
8. Maria Damacena Lima Martin - 5031

9. Maria de Fátima Campos Ribeiro - 5014
10. Moisés Felix de Almeida - 5011
11. Myrian Beck Bisol - 5025
12. Paulo Henrique Ferreira Nunes - 5020
13. Rosa Gomes de Carvalho - 5038
14. Rosana Cristina da Cunha - 5019
15. Silvana Sampaio - 5055
16. Vera Lúcia Leopoldino Oliveira - 5012
17. Wanderley Rabelo da Silva - 5013
18. Zizelma Ribeiro Bosco - 5059

Do padrão 22 para o 23

1. Alcina Luce Sepúlveda Coelho - 4818
2. Angelina Almeida Silva - 4839
3. Antonio Marcos Mousinho Sousa - 4826
4. Carlos Eduardo Rodrigues Cruz - 4884
5. Cristina Judite Vicino - 4821
6. Eliane Cunha Mendonça - 4857
7. Francisca Helena Rios - 4828
8. Gilson Dantas de Santana - 4812
9. Heriberto Brasileiro Ceolin - 4822
10. Ivanice Cunha Nunes - 4893
11. Ivete Lemos Andrade de Paula - 4910
12. João Francisco Costa Meirelles - 4827
13. Magda Catarina Alves de Vasconcellos - 4824
14. Márcia Lemes da Silva - 4853
15. Otto Fernandes da Silva - 4855

Do padrão 23 para o 24

1. Leany Barreiro de Sousa Lemos - 4779

Do padrão 24 para o 25

1. Carlos Roberto de Oliveira - 4755
2. Denise Teresinha Resende - 4713
3. Dimitrios Hadjinicolaou - 4717
4. Edgar Sérgio de Souza Coatio - 4773
5. Elizabeth das Graças Mello M. Gualberto - 4748
6. Fábio Liberal Ferreira de Santana - 4718
7. Izaías Faria de Abreu - 4711
8. João Carlos Moreira Corrêa - 4741
9. João Rios Mendes - 4712
10. Luciana Duarte Falcão de Sant'Anna - 4731

11. Luciano Brasil de Araujo - 4709
12. Maria Cristina da Silva - 4719
13. Ralph Campos Siqueira - 4724
14. Roberto Jardim Cavalcante - 4738
15. Thais Caruso Amazonas da Silva - 4715
16. Vandrecia Pinto Scafutto - 4716
17. Wagner Fraga Friaça - 4723

. Especialidade: Enfermagem

Do padrão 16 para o 17

1. Arnaldo Joaquim de Santana - 5006
2. Carmem Costa Coelho - 5009

Do padrão 22 para o 23

1. Maria Antonia Barbosa - 4856
2. Maria José Bezerra Ferraz - 4814

Do padrão 23 para o 24

1. Maria do Socorro Alves da Silva - 4787

Do padrão 24 para o 25

1. Josyane Borges de M. Estanislau Martins - 4769
2. Marcelo Freitas de Souza - 4770
3. Maria Lúcia Martins - 4762
4. Rosa Maria Costa Almeida - 4761
5. Sônia Maria Moreira - 4767
6. Tânia Batista da Costa - 4763

. Especialidade: Eletrônica e Telecomunicações

Do padrão 22 para o 23

1. Arão Fernandes Bulhões - 4815
2. Edgar Benício Rosa - 4833
3. Eduardo Zefredo Gauche - 4926
4. Fernandes Tomyoshi Takuno - 4844

Do padrão 23 para o 24

1. Francisco José Vasconcelos Zaranza - 4775

Do padrão 24 para o 25

1. Luiz Antonio Torres de Carvalho - 4751

. Especialidade: Telefonia**Do padrão 16 para o 17**

1. Ana Valéria Araujo de Assis - 5001
2. Celice Leite Martinez Fernandez - 4986
3. Cristiane de Lucena Carneiro - 4992
4. Cristiane Tinoco Mendonça - 4993
5. Elida da Costa Silva - 5000
6. João Marcelo de Castro Novais - 5007
7. Loide de Melo Faria - 4985
8. Rosimere Schneider Caterinck - 4984
9. Sandra Siqueira de Faria - 4987
10. Sérgio Moreira Sarmento - 4994
11. Silvane Maria Oliveira de Almeida - 5002

Do padrão 23 para o 24

1. Maria Ângela Couto Moraes - 4794

Do padrão 24 para o 25

1. Antônia Maria Lustosa Puga Martinez - 4768
2. Cláudia de Araujo Nery - 4765
3. Mônica Villela Motta e Silva Tizon - 4766
4. Nilce Machado - 4791
5. Sandra Tavares de Almeida - 4764
6. Ismail de Souza Carvalho Neto - 4756
7. Verônica de Carvalho Maia Aragão - 4771

Do padrão 27 para o 28

1. Benito Juarez I. da S. Ortega - 3302
2. Ivonete Andrade da Silva - 3337
3. Maria Aparecida P. dos Santos - 3319
4. Maria Helena de O. C. Santos - 3321
5. Ricardo Wagner O. de Carvalho - 3317
6. Silvana Maria Fontes A. Marques - 3314

. Especialidade: Segurança**Do padrão 22 para o 23**

1. Adinilson Barreto Rocha - 4906
2. Alex Anderson Costa Nobre - 4915
3. Carlos de Souza Pereira Gomes - 4942
4. Carlos Eduardo Lopes Neves - 4909
5. Danilo Rurik Periquito Sad - 4858
6. Eloir Rodrigues Júnior - 4953
7. Ernesto Guevara Batista Reis - 4894
8. Fábio Crepory Franco - 4912
9. Flávio Bezerra Praxedes - 4903
10. Francisco Henrique Martins Damaso - 4887
11. Jacson Gonçalves de Medeiros - 4902
12. Javan Marques da Silva - 4800
13. José Augusto Fernandes de Araujo - 4938
14. José Luiz Morado - 4888
15. José Maria da Silva - 4873
16. José Milton de Moraes Neto - 4885
17. José Wellington Alves Monte Amado - 4862
18. Joselito Aparecido Ramos de Brito - 4908
19. Lourin Jorge Alves Pedrosa - 4799
20. Luís Fernando Leite dos Santos - 4871
21. Márcio Aurélio Valente - 4911
22. Marcus Vinícius da Silva Amaral - 4928
23. Mário Jorge Taveira de Almeida - 4891
24. Paulo César de Faria - 4916
25. Pedro Ricardo Araujo Carvalho - 4870
26. Wilson Roberto da Silva - 4895

Do padrão 24 para o 25

1. André Luiz Santiago de Medeiros - 4746
2. Aníbal Ganzert - 4726
3. Carlos Henrique Costa de Menezes Silva - 4725
4. Cláudia Martins de A. E. Souza Ferreira - 4742
5. Eduardo Antonio Alencar Brito - 4729
6. Fábio Henrique Granja E. Barros - 4747
7. Fernando Aurélio de Azevedo Aquino - 4721
8. Francisco José Lima Uchoa de Aquino - 4733
9. Gustavo Machado Paschoal - 4783
10. João José Candia Netto - 4734
11. José Luís de Simas Cunha - 4743
12. Leonardo de Araujo Barnabé - 4744

13. Marcelo Silva Corrêa - 4730
14. Marcus Vinicius Caldas Souto - 4737
15. Maria Isabel Figueira de Lima Rosa - 4745
16. Mauricio Silva Lagos - 4735
17. Paulo Ricardo Zarranz Bueno - 4740
18. Ricardo Nery Aguiar Oliveira - 4749
19. Roberto Campos Freire - 4728
20. Senio Luiz Todeschini - 4732
21. Yanko de Carvalho Paula Lima - 4720

. Especialidade: Transporte

Do padrão 16 para o 17

1. Adelson Gonçalves de Macena - 5057
2. Alexandre Castro Cerqueira - 5065
3. Antônio Ricardo Malta de Azevedo - 5033
4. Carlos Alberto Ventura - 5027
5. Dirceu Braz Goulart Neto - 5030
6. Francisco Caninde de Oliveira - 5051
7. Jarbas Mamede - 5037
8. John Kennedy de Oliveira Gurgel - 4980
9. Jonas Barbosa da Silva - 4978
10. José Augusto Silva Couto - 5035
11. José Ricardo Melo Albuquerque - 5046
12. Luís Fernando Pires Machado - 5029
13. Ricardo Bandeira dos Santos - 5026
14. Vilmar Bonfim Ayres da Fonseca - 5034
15. Vitalino Femande Tomé Canabarro - 5028
16. Walter Aires de Alencar Filho - 5032

Do padrão 22 para 23

1. Antonio Claudiney Boni - 4965
2. Cicero Matos de Oliveira Leite - 4905
3. Giovani Pereira do Amaral - 4892
4. Guilherme Fernandes de Souza e Silva - 4890
5. João Luiz Paulucio - 4878
6. José Vilson da Silva - 4881
7. Roberto Lara da Rocha - 4932

Do padrão 24 para o 25

1. Alberto de Castro Teixeira - 4660
2. Aldna Maria Paulo de Abreu - 4664

3. Antônio de Lisboa Ribeiro Bonfim - 4670
4. Antônio Marius Miranda de Oliveira - 4671
5. Ari Roberto Menezes Monteiro - 4665
6. Arquimedes Bites Leão - 4684
7. Cláudio Fernandes Carvalho - 4667
8. Dênio José Rodrigues Louro - 4663
9. Edvaldo Dias da Silva - 4678
10. Egnaldo Rocha Costa - 4676
11. Elias Honório da Silva - 4668
12. Érico Zorba Gagner Galvão - 4675
13. Eurípedes Alencar de Souza - 4677
14. Evilásio Ristow - 4708
15. Francisco de Assis Dias - 4672
16. João Batista Ferreira - 4683
17. Jorge Wilson Gomes Schelb - 4682
18. José Rabelo - 4681
19. Júlio César Silva Peres - 4693
20. Luciano de Sousa Dias - 4669
21. Manoel Lopes Cançado Sobrinho - 4679
22. Reginaldo de Almeida - 4680
23. Ruy Brandão Dourado - 4703
24. Salustiano Rodrigues de Brito - 4674
25. Wilson Alves Pereira - 4685

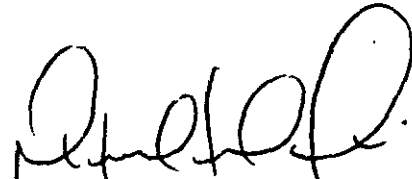
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 510, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4131/96.7, de interesse do Gabinete do Senador Ney Suassuna,

RESOLVE:

Artigo Único - Ficam revogados os Atos nº 169/96 e nº 170/96, do Diretor-Geral.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.



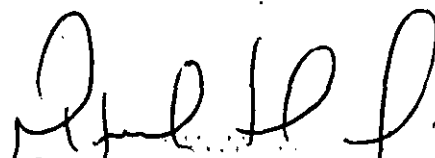
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 511, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 5413/96.6, de interesse da Subsecretaria de Edições Técnicas,

RESOLVE designar o servidor IVAN LUIZ DA ROCHA, matrícula 1625, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Diagramação e Revisão, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Edições Técnicas, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 512, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5353/96-3,

RESOLVE designar a servidora LILIAN KARLA FERREIRA DO AMARAL, matrícula 2987, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 11 de abril de 1996.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.



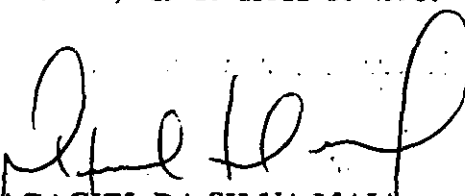
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 513, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5417/96.1, de interesse da Subsecretaria de Divulgação,

RESOLVE designar a servidora SANDRA MARIA DE FARIA MATTOS, matrícula 4634, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, para exercer a função de Chefe da Seção de Redação, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Divulgação, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 514, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5294/96-7,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO CARLOS AMORIM DA COSTA, matrícula 1433, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 5 - Especialidade de Medicina, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe do Serviço de Laboratório de Diagnósticos, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 10 de abril de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.

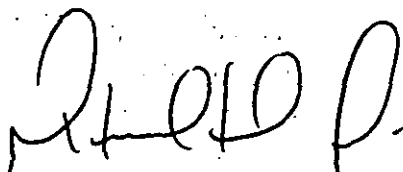

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 515, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5295/96-3,

RESOLVE designar a servidora **LEDA MARIA SALES BRAUNA BRAGA**, matrícula 4913, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 5 - Especialidade de Medicina, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe do Serviço de Laboratório de Diagnósticos, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 10 de abril de 1996.

Senado Federal, 29 de abril de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

José Samey - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Erandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
PMDB		
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
PFL		
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
PSDB		
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
PPB (ex-PPR + ex-PP)		
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
PTB		
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
PT		
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
PDT		
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSE ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LUDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
----------------	--------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
VAGO		7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2254/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRÉSIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRÉSIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
VAGO		2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCIDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PPS + PSL: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
VAGO		6-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		João Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abranches
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Petter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4 Júlio Redecker substituído por Petter Júnior, em 1º-2-96.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS